



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA

CAROLINA LEÃO RAMOS

**UMA DISCUSSÃO SOBRE A POLÍTICA DE INDEXAÇÃO PARA A BIBLIOTECA
SETORIAL DA UFPA PROFº. DRº. FRANCISCO GEMAQUE ÁLVARO**

BELÉM
2019

CAROLINA LEÃO RAMOS

**UMA DISCUSSÃO SOBRE A POLÍTICA DE INDEXAÇÃO PARA A BIBLIOTECA
SETORIAL DA UFPA PROFº. DRº. FRANCISCO GEMAQUE ÁLVARO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia pela Faculdade de Biblioteconomia do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Profª. Drª. Franciele Marques Redigolo.

BELÉM
2019

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

R175d Ramos, Carolina Leão
Uma discussão sobre a política de indexação para a
Biblioteca Setorial da UFPa Prof^o. Dr^o. Francisco Gemaque
Álvaro / Carolina Leão Ramos. — 2019.
74 f. : il.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Franciele Marques Redigolo
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Faculdade de Biblioteconomia, Instituto de Ciências Sociais
Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

1. Indexação. 2. Política de indexação. 3. Elementos de
política de indexação. 4. Biblioteca da Faculdade de
Odontologia da UFPa. I. Título.

CDD 029.5

CAROLINA LEÃO RAMOS

**UMA DISCUSSÃO SOBRE A POLÍTICA DE INDEXAÇÃO PARA A BIBLIOTECA
SETORIAL DA UFPA PROF^o. DR^o. FRANCISCO GEMAQUE ÁLVARO**

Trabalho de Conclusão de Curso orientado pela Prof.^a Dr.^a Franciele Marques Redigolo, apresentado ao Curso de Bacharelado em Biblioteconomia do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do grau de bacharel em Biblioteconomia.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a.Dr^a. Franciele Marques Redigolo
Orientadora - UFPA

Prof^a. Dr^a. Marise Teles Condurú
Membro interno - UFPA

Prof. Dr. Hamilton Vieira de Oliveira
Membro interno - UFPA

Este trabalho é dedicado à minha família, que esteve ao meu lado ao longo de toda a minha vida, especialmente, à minha avó Lidoína Leão (in memoriam).

Decido também ao meu namorado Murilo Lima que esteve ao meu lado sempre com palavras de incentivo.

RESUMO

Consiste em um estudo acerca do processo de indexação no tratamento temático da informação, mais especificamente sobre os elementos que podem compor uma política de indexação, cujo problema de pesquisa pensado a partir da ausência de uma política de indexação formalizada oficialmente na Biblioteca da Faculdade de Odontologia da UFPA, o que suscitou na seguinte questão: é possível identificar elementos de política de indexação mesmo não existindo um manual de política de indexação na instituição? Tem por objetivo geral discutir sobre os elementos de política de indexação a partir do processo de indexação da Biblioteca da Faculdade de Odontologia, que motivou o desenvolvimento de dois objetivos específicos, a) Realizar busca na literatura sobre procedimentos da indexação, política de indexação e seus elementos; e b) Investigar os possíveis elementos de política de Indexação presentes durante o processo de indexação na Biblioteca da Faculdade de Odontologia da UFPA. Assume assim, a pesquisa como qualitativa de caráter exploratório, através de um estudo de caso e para a coleta dos dados foi utilizado o questionário como instrumento. Obteve como resultado a presença de 16 elementos (indicados e identificados) dos 17 que foram postos como referência, e dentre eles, alguns merecem destaque por necessitarem de reflexões mais específicas, tendo como base o que apresenta a literatura, os elementos identificados e indicados como presentessão: indexador (formação); exaustividade; correção; e 1 elemento que não foi indicado e nem identificado como presente: a avaliação da recuperação por assunto. Considera assim a caracterização de uma política, o que permite inferir que por a instituição conceder orientações para a realização da atividade de indexação de assunto, entendido como condutas, possui uma política de indexação. Constatação esta que não invalida a necessidade de elaboração e implementação de um manual de política de indexação.

Palavras-chave: Indexação. Política de indexação. Elementos de política de indexação. Biblioteca da Faculdade de Odontologia da UFPA.

ABSTRACT

It consists of a study about the indexing process in the thematic treatment of the information, more specifically on the elements that can compose an indexation policy, whose research problem thought from the absence of an indexation policy officially formalized in the Library of the College of Dentistry of UFPA, which raised in the following question: is it possible to identify elements of indexation policy even if there is not exist a indexing policy manual in the institution? It has as general objective to discuss the elements of indexation policy from the indexing process of the Library of the College of Dentistry, which motivated the development of two specific objectives, a) Search the literature on indexing procedures, indexing policy and its elements; and b) Investigate the possible elements of indexation policy present during the indexing process in the Library of the College of Dentistry of UFPA. Thus, assumes the research as a qualitative exploratory character, through a case study and for the data collection was used the questionnaire as an instrument. It resulted in the presence of 16 elements (indicated and identified) of the 17 that were used as reference, and among them, some deserve to be highlighted because they require more specific reflections, based on what the literature presents, elements identified and indicated as presentation: indexer (training); completeness; correction; and 1 element that was neither indicated nor identified as present: the evaluation of the recovery by subject. It thus considers the characterization of a policy, which allows to infer that because the institution provides guidelines for the performance of the subject indexing activity, understood as conduct, has an indexation policy. This finding does not invalidate the need to elaborate and implement an index policy manual.

Keywords: Indexing. Indexing policy. Indexing policy elements. Biblioteca da Faculdade de Odontologia UFPA.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Esquema 1 – Processo técnico.....	13
Quadro 1 – Conceitos de indexação.....	14
Quadro 2 – Etapas do processo de indexação.....	16
Quadro 3 – Disposição das questões do questionário.....	38
Quadro 4 – Categorias de análise.....	39
Quadro 5 – Requisitos para a elaboração de política de indexação.....	42
Quadro 6 – Qualidade da indexação.....	45
Quadro 7 – Sistema da unidade de informação.....	46
Quadro 8 – Processo de indexação.....	50
Quadro 9 – Linguagem documentária.....	52
Quadro 10 – Elementos de política de indexação identificados.....	54

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BC	Biblioteca Central
FABIB	Faculdade de Biblioteconomia
FOUFPA	Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Pará
ICS	Instituto de Ciências da Saúde
ISSO	International Organization for Standardization
MARC	Machine Readable Cataloging
NBR	Norma Brasileira
SIBI/UFPA	Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
SRI	Sistema de Recuperação da Informação
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	PROCESSO DE INDEXAÇÃO NA REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA DA INFORMAÇÃO	12
2.1	Análise de assunto na indexação de assunto	17
2.2	Tradução	23
3	UMA ABORDAGEM TEÓRICA SOBRE POLÍTICA DE INDEXAÇÃO	25
3.1	Elementos de política de indexação	28
4	METODOLOGIA	35
4.1	Biblioteca Setorial da UFPA Profº. Drº. Francisco Gemaque Álvaro	36
4.2	Instrumentos de pesquisa e procedimentos para a coleta de dados ..	37
4.3	Categorias para a análise dos dados	38
5	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	41
5.1	Discussão geral dos resultados	53
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
	REFERÊNCIAS	60
	APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO	67
	ANEXO A - MODELO DE LEITURA DOCUMENTÁRIA PARA INDEXAÇÃO NA CATALOGAÇÃO DE ASSUNTOS DE LIVROS EM BIBLIOTECAS	71
	ANEXO B - MODELO DE LEITURA DOCUMENTÁRIA PARA INDEXAÇÃO DE TEXTOS CIENTÍFICOS (ADAPTADO)	73

1 INTRODUÇÃO

As bibliotecas, antigamente, só possuíam catálogo impresso referente às obras que faziam parte do seu acervo. Com o advento da tecnologia emergiu a criação dos catálogos *on-line*, ou seja, “os catálogos em fichas foram automatizados e são denominados de catálogos eletrônicos” (SOUSA; FUJITA, 2012 p. 64). Os catálogos apareceram para armazenar e registrar as informações a respeito dos documentos que compõem o acervo de uma biblioteca (MARTINHO; FUJITA, 2010). Eles contribuem na gestão do acervo e facilitam o acesso aos materiais.

No que se refere às bibliotecas universitárias no Brasil, elas são consideradas sistemas de informação geradoras de bases de dados em que as representações dos documentos são organizadas em metadados (FUJITA; RUBI; BOCCATO, 2009).

Com o aparecimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) fez com que o acesso aos conteúdos aumentasse (PIRES, 2012), ou seja, o usuário tem mais acesso a diversos documentos. Guimarães (1998 apud GUIMARÃES, 2000) aponta três aspectos: o fenômeno da globalização, o crescimento das novas tecnologias e um usuário mais participativo e exigente, que definem a realidade informacional atual e as mudanças provocadas no fazer e pensar da área.

O usuário na sua busca por materiais fica de frente com uma questão que de certa forma traz prejuízos ao processo de recuperação de informação que é a subjetividade a qual interfere na escolha dos termos que representarão o documento. A subjetividade é abordada por autores como Pinheiro (1978), Pinto, M. (1985), Strehl (1998), Lancaster (2004), Dias e Naves (2013) e Rubi (2009).

Para auxiliar o bibliotecário-indexador no seu trabalho é necessário ter uma política de indexação para lhe orientar. É nela que são assentadas as diretrizes a serem seguidas para que o processo sempre seja padronizado. A política de indexação visa, também, facilitar e acelerar a recuperação de documentos e tarefas de indexação de documentos pensando sempre no utilizador final, o usuário. Sem uma política a atividade de indexação fica comprometida, uma vez que é uma tarefa que pode ser realizada por pessoas às quais terão a subjetividade presente no processo de busca. A interpretação sobre o assunto do documento que se deseja realizar a busca pode variar de pessoa para pessoa e, até mesmo, se for um único sujeito que, dependendo no momento, poderá divergir de interpretação.

Na representação temática da informação, o profissional da informação, nesse caso o bibliotecário, tem que ter uma política de indexação para auxiliar nessa representação. A falta dela pode trazer certos prejuízos, como problemas na recuperação da informação no que tange os elementos acima citados. De acordo com Rubi (2012) ela é importante para o bibliotecário na realização de suas atividades fazendo com que ela seja feita de forma mais objetiva e racional. A forma como é realizada a indexação, interfere diretamente na recuperação da informação.

Na literatura é ressaltada sobre a pertinência da política de indexação nas unidades de informação pelos seguintes autores com Fujita (2012a, 2016), Rubi (2008, 2009, 2012a), Lancaster (2004), Dias e Naves (2013), Dal'Evedove e Fujita (2015, 2017), dentre outros, mas nem todas as instituições possuem um manual de indexação, e isso se deve ao fato de que os bibliotecários responsáveis por ela não darem o real valor que é necessário (REDIGOLO, 2014).

O interesse pelo tema abordado surgiu com a percepção sobre a relevância que a política de indexação possui nos centros de informação desde o primeiro contato com o assunto, na disciplina Linguagens de indexação ofertada no curso de Biblioteconomia da FABIB/UFPA, tornou-se impossível não ter o questionamento no ambiente de estágio sobre esta problemática dando, posteriormente, origem a esse trabalho.

Ainda que se sigam instruções dadas para a realização no trabalho do bibliotecário, não há um documento no Sistema de bibliotecas da UFPA que seja disponibilizado para consulta. Devido a esta afirmativa e ainda considerando este contexto, o **problema** para o desenvolvimento da pesquisa é a ausência de uma política de indexação, formalizada oficialmente, na Biblioteca da Faculdade de Odontologia da UFPA. Assim, surge a questão: é possível identificar elementos de política de indexação mesmo não existindo um manual de política de indexação na instituição?

E desta maneira a **proposta** para esta pesquisa tem o intuito de discutir os elementos de política de indexação presentes nesta biblioteca devido à complexidade e subjetividade do processo de indexação. Tem que se discutir sobre esse assunto por ser de extrema significância para uma Biblioteca, nesse caso uma localizada na Universidade, para mostrar que o seu planejamento é primordial para o bom funcionamento do sistema de recuperação da informação (SRI) por conter

decisões referentes aos recursos humanos, financeiros e materiais, assim como, às atividades do processo de indexação.

Este estudo pretende fomentar reflexões e discussões sobre preencher lacunas encontradas na representação da informação, visando à uniformização das atividades no que diz respeito ao processo de indexação e, conseqüentemente, a melhoria na recuperação da informação.

Sendo assim, o **objetivo geral** deste trabalho é discutir sobre os elementos de política de indexação a partir do processo de indexação da Biblioteca da Faculdade de Odontologia. Com **objetivos específicos**:

- a) realizar busca na literatura sobre procedimentos da indexação, política de indexação e seus elementos;
- b) investigar os possíveis elementos de política de Indexação presentes durante o processo de indexação na Biblioteca da Faculdade de Odontologia da UFPA.

Referente à metodologia de pesquisa a abordagem utilizada é a da pesquisa qualitativa de caráter exploratório, através de um estudo de caso. O instrumento para a coleta de dados foi o questionário, aplicado à responsável pela biblioteca para obter informações referentes aos elementos de política de indexação.

O trabalho se apresenta da seguinte forma: o primeiro capítulo é a parte introdutória; o segundo capítulo aborda sobre o processo de indexação na representação temática, com apresentação de conceitos de indexação e o que acontece nesse processo (análise de assunto e tradução); o terceiro capítulo faz um apanhado sobre política de indexação com a apresentação de seus elementos; o quarto capítulo trata da metodologia empregada para o desenvolvimento dessa pesquisa, bem como apresentando informações sobre o local que insere este estudo; o capítulo cinco apresenta a análise e discussão dos resultados; e o último capítulo, seis, contém as considerações finais, seguido das referências, apêndice e anexos.

2 PROCESSO DE INDEXAÇÃO NA REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA DA INFORMAÇÃO

Este capítulo aborda sobre a indexação que se enquadra no tratamento temático, juntamente com a classificação e o resumo, apoiado na revisão de literatura.

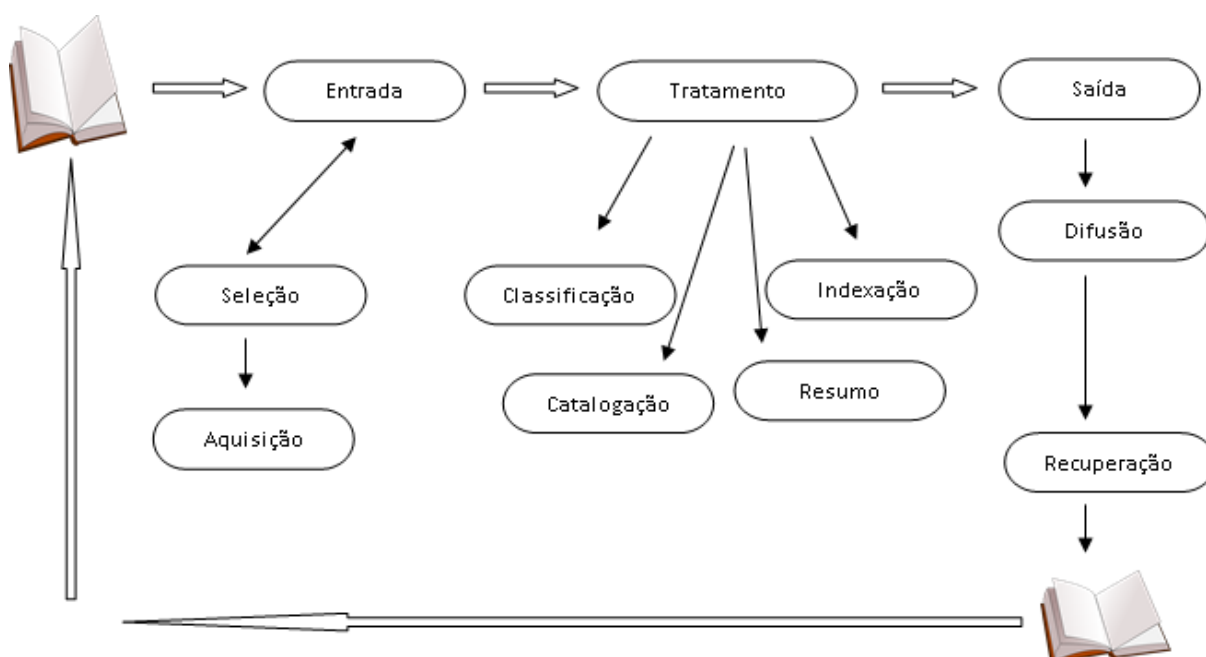
Antes de adentrar no assunto em específico, precisa-se abordar sobre a análise documentária, catalogação de assunto e indexação, pois como há concepções sobre estes, é necessário indicar o caminho seguido.

Autores como Silva e Fujita (2004) e Guimarães (2009) abordam sobre as visões que existem acerca dos três assuntos citados anteriormente. As explanações da concepção como base seguida é de que a análise documental compreende a indexação e que essa última, atualmente, é entendida como equivalente à catalogação de assunto.

A indexação surgiu com os índices, não como se conhece hoje, apareceram na Mesopotâmia, com as tábuas de argila, e foi no século XIX a sua grande evolução, a criação de catálogos de assuntos nas bibliotecas e aos índices que deixaram de serem isolados (GIL LEIVA, 2012; SILVA; FUJITA, 2004). Com a utilização da tecnologia o uso de índices foi sendo substituído pela necessidade na representação do conteúdo do documento sendo utilizados termos de indexação (SILVA; FUJITA, 2004).

A análise de conteúdo faz parte do tratamento técnico (Esquema 1), juntamente com a análise de forma, onde é feita a descrição física do documento, sendo a primeira o foco do presente capítulo.

Esquema 1 – Processo técnico



Fonte: Gil Leiva (2012, p. 64).

Como pode ser visto no esquema, o processo técnico é dividido em três partes: na entrada, no tratamento e saída do material. Na entrada, como a primeira etapa, é onde são selecionados os materiais que correspondem às necessidades dos usuários da instituição para posterior aquisição, seja por compra, doação, troca etc. Como segunda parte, o tratamento torna os documentos acessíveis aos usuários sendo dividido em análise de forma e de conteúdo, sendo o primeiro a compreender a catalogação e, o segundo, a classificação, resumo e indexação, respectivamente. Por fim, a terceira e última parte é a saída, onde acontece a difusão da informação. As duas primeiras partes do processo técnico acontecem sempre em consonância na última.

A indexação possui diversas definições em campos variados, como na biologia, economia e informática; dentro da ciência da informação/biblioteconomia ela faz parte da análise documental.

A seguir são apresentadas algumas definições sobre o que se caracteriza e o que é indexação dentro da biblioteconomia/ciência da informação no sentido amplo (Quadro 1):

Quadro 1 – Conceitos de indexação

Autores	Conceitos
UNISIST, 1981, p. 84	“a indexação é vista como a ação de descrever e identificar um documento de acordo com o seu assunto”
Norma Brasileira (NBR) 12676, 1992, p. 2	“Ato de identificar e descrever o conteúdo de um documento com termos representativos dos seus assuntos e que constituem uma linguagem de indexação”
Fujita e Gil Leiva, 2012, p. 122	“é um processo de análise documentária realizado sobre os documentos com a finalidade de determinar-lhes um conjunto de palavras-chave ou assuntos para facilitar sua armazenagem em bases de dados e sua posterior recuperação para atender necessidades de informação”

Fonte: Elaborado pela autora do trabalho, 2019.

Apesar de diversos autores conceituarem indexação, eles inferem que ela é a prática em que são identificados e selecionados termos que representam o conteúdo do documento analisado. Cabe ressaltar que a indexação pode ser feita em todos os objetos, como texto, imagem, áudio, obras de arte etc (GIL LEIVA, 2012).

É necessário que nesse processo seja definido de forma objetiva e clara o conteúdo do documento e, para isso, é preciso que o bibliotecário tenha conhecimento do assunto abrangido, saiba o público que vai atender e quais são os objetivos da organização em que se encontra inserido.

A abordagem do assunto é pertinente por ser a partir desse processo que os assuntos dos documentos que fazem parte do acervo de uma unidade de informação são identificados e descritos. O processo de indexação é iniciado com a leitura técnica para identificação e seleção dos conceitos, com posterior tradução para termos que representem o documento.

A boa indexação é primordial em uma unidade de informação por influenciar diretamente na recuperação da informação (SILVA; FUJITA, 2004). Ela é entendida “como a indexação que permite que se recuperem itens de uma base de dados

durante buscas para as quais sejam respostas úteis, e que impede que sejam recuperados quando não sejam úteis” (LANCASTER, 2004, p. 83).

Quando há um problema na indexação, isso é sentido diretamente na recuperação da informação, causando o que é denominado por Chaumier (1988) de “ruídos” e “silêncio”, sendo o primeiro entendido como “os documentos não pertinentes à questão [...]” e, o segundo, como “os documentos pertinentes existentes no acervo, não recuperados durante a pesquisa [...]” (CHAUMIER, 1988, p.63).

De acordo com Lancaster (2004), o desejo do usuário é ao realizar uma pesquisa, obter resultados relevantes para assim satisfazer sua necessidade informacional. Uma das influências que contribui para o que foi citado é o domínio que o indexador possui sobre o assunto abrangido pela organização. Caso o bibliotecário não tenha um conhecimento mínimo acerca dos assuntos abrangidos na unidade de informação, não saberá/conseguirá identificar os termos e selecionar os mais coerentes, causando um problema na recuperação da informação.

Com a indexação de termos adequados, que descrevam o conteúdo do documento de maneira correta, selecionando os termos que representam o conteúdo do documento, os usuários terão êxito na recuperação da informação, obtendo documentos úteis para que seja satisfeita a sua necessidade informacional.

Não há uma fórmula que indique quais são os termos corretos para serem selecionados, visto que o mesmo documento pode ser indexado de maneira diferente em unidades distintas. A escolha dos termos depende do conhecimento do bibliotecário, assim como, saber qual o público que a unidade atende.

A qualidade da indexação interfere no sistema de recuperação da informação. Gil Leiva (2012) aponta quatro elementos que representam o processo e o resultado da indexação, são eles: a exaustividade, especificidade, consistência e correção. Há fatores ligados à qualidade de indexação que são apontados por Lancaster (2004), como fatores ligados ao indexador, fatores ligados ao vocabulário, fatores ligados ao documento, fatores ligados ao processo e fatores ambientais. E ainda, na NBR 12.676 (1992) são apontados outros três fatores: a consistência na especialidade dos termos impostos a um documento e o nível de exaustividade na indexação, a qualidade do indexador e a qualidade dos instrumentos de indexação. A partir dos

elementos/fatores apontados pelos autores, é possível inferir que aqueles apresentados por Lancaster englobam as outras concepções expostas.

Na indexação, no que se refere a sua quantidade de etapas, não há um consenso, no entanto, no quadro abaixo são apresentados alguns autores e suas ideias acerca das etapas (Quadro 2):

Quadro 2 – Etapas do processo de indexação

Autores	Etapas
UNISIST (1981)	<ul style="list-style-type: none"> ○ Estabelecimento dos conceitos; ○ Tradução dos conceitos.
Pinto, M. (1985)	<ul style="list-style-type: none"> ○ Estabelecimento de conceitos e seleção; ○ Tradução dos conceitos selecionados em termos indexadores.
Frohmann (1990)	<ul style="list-style-type: none"> ○ Representação do documento; ○ Tradução.
Van Slype (1991)	<ul style="list-style-type: none"> ○ Conhecimento do conteúdo; ○ Escolha dos conceitos; ○ Tradução dos conceitos; ○ Incorporação dos elementos sintáticos.
ABNT 12.676 (1992)	<ul style="list-style-type: none"> ○ Exame do documento e a definição do assunto; ○ Identificação dos conceitos; ○ Tradução (linguagem de indexação).
Chu e O'Brien (1993)	<ul style="list-style-type: none"> ○ Análise de assunto do texto; ○ Expressão do conteúdo do assunto nas palavras do indexador; ○ Tradução em um vocabulário de indexação; ○ Expressão do sujeito em termos de índice.
Pinto, V. (2001, p. 227)	<ul style="list-style-type: none"> ○ Análise conceitual ○ Tradução; ○ Controle de qualidade.
Fujita (2003, p. 63)	<ul style="list-style-type: none"> ○ Determinação do assunto; ○ Representação de conceitos por termos de uma linguagem de indexação.
Lancaster (2004, p. 9)	<ul style="list-style-type: none"> ○ Análise conceitual; ○ Tradução.

Fonte: Elaborado pela autora do trabalho, 2019.

Mesmo com a divergência quanto à quantidade de etapas, a análise dos conceitos e a tradução estão presentes nas diversas ideias. Van Slype (1991) explora mais essas etapas, o que pode ser considerado como “subetapas” da análise conceitual, conhecimento do conteúdo e a escolha dos conceitos, ao qual é

colocado como etapas e acrescenta a incorporação dos elementos sintáticos. Pinto, V. (2001) acrescenta como etapa o controle de qualidade. A NBR 12.676/1992 desmembra a análise de assunto em duas etapas: o exame e identificação. Chu e O'Brien (1993) acrescentam duas etapas além da análise de assunto e a tradução: a expressão do conteúdo nas palavras do indexar e a expressão do sujeito em termos de índice. Os demais autores admitem duas etapas/estágios, a análise de assunto e a tradução.

No processo de indexação são utilizados instrumentos denominados linguagens de indexação, que é a linguagem utilizada para representar o documento, a qual busca unificar a linguagem usada no sistema, a linguagem do usuário e a linguagem do documento. Fazem parte da linguagem de indexação os sistemas de classificação, os tesauros, vocabulários controlados e cabeçalhos de assuntos. Esses instrumentos são utilizados na etapa de tradução dos conceitos, assunto explorado mais à frente.

A exaustividade e a especificidade são temas muito relevantes na indexação por interferem na quantidade de termos que serão escolhidos. Se o indexador optar por uma indexação mais exaustiva terá muitos termos na representação de um documento, abrangendo também assuntos periféricos; e se escolher pela indexação mais específica, a quantidade de termos será menor, abarcando apenas o assunto principal. Carneiro (1985) afirma que elas são decisões políticas que devem ser estabelecidas pelos responsáveis do sistema de recuperação de informação, levando em consideração a sua especialidade, e ambas são de grande importância para a indexação de assunto (LANCASTER, 2004). A partir das afirmações anteriores podem ser notadas que elas precisam estar presentes na política de indexação.

Referente à discussão sobre a quantidade de etapas que possui a indexação, aqui será abordada a Análise de assunto e a Tradução. A seguir desmembra-se a primeira etapa da Indexação, que é representada pela Análise de assunto.

2.1 Análise de assunto na indexação de assunto

Como já mencionado, a análise de assunto, mesmo com nomenclaturas diferentes, faz parte das etapas do processo de indexação apontadas por diversos

autores que foram discutidos no tópico anterior, sendo considerada a primeira etapa a ser feita.

A análise de assunto carece de mais estudos como afirmam Dias e Naves (2013), e discutem também sobre as produções acerca da temática estar focada nos programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação nas universidades brasileiras. Os autores também falam sobre a carência de estudos assinalada por outros autores em nível mundial. Apesar desse problema, Dias, Naves e Moura (2001) afirmam que por mais que ela não tenha a devida atenção que merece, há estudos que buscam entender esse processo.

Durante a análise, como no processo de indexação no todo, se faz uso de aspectos cognitivos, lógicos e linguísticos, fatores com influência direta, no qual “eles interferem e interagem simultaneamente, não havendo possibilidade de delimitar em que ponto começa ou acaba a influência de cada um dos três.” (DIAS; NAVES, 2013, p. 78).

A análise de assunto, segundo Fujita (2003) e Frohmann (1990), é vista como a etapa de maior destaque na indexação, podendo ser chamada também de análise temática, análise documentária e, ainda, de análise de conteúdo (NAVES, 1996).

Dias e Naves (2013) dizem que a análise de assunto é um processo em que são retirados os conceitos que representam o conteúdo do documento por meio da sua leitura. Para Cesarino e Pinto (1980, p 32) ela “é a operação-base para todo o procedimento de recuperação de informações”, o que mostra a sua relevância e, por isso, deve ser contemplada na política de indexação de uma unidade organizacional. De acordo com a ideia de Rubi (2009, p. 82),

a análise de assunto realizada durante a catalogação deverá ser norteadas por princípios de política de indexação que devem fazer parte de um manual de indexação da instituição e sobre a qual o bibliotecário deve ter conhecimento e domínio.

A afirmação acima enfatiza mais uma vez a importância dos processos estarem discriminados cuidadosamente na política de indexação da instituição, para que as atividades sejam desenvolvidas, à medida que ao final do processo o usuário tenha sua necessidade de informação sanada.

Essa etapa também é dividida em partes como na seção anterior, e nela igualmente não há um consenso no que tange a quantidade. Sauperl e Saye (1998)

pontuam cinco etapas, sendo elas: identificação do tema do livro, identificação da intenção dos autores, inferência dos possíveis usos, relação do tema com a coleção existente, e relação do tópico ao esquema de classificação e lista de cabeçalhos de assuntos. Entretanto, ABNT (1992), Dias e Naves (2013) e Redigolo (2010) se opõem a esse pensamento e indicam três etapas, entendidas como a leitura do documento, identificação de conceitos e a seleção desses conceitos.

Neste estudo, a análise de assunto entendida como a primeira etapa do processo de indexação, é iniciada com a realização da leitura documental, seguida da identificação dos conceitos para posterior seleção dos conceitos (mais a frente serão abordados esses pontos separadamente), os quais irão representar o documento analisado no sistema de recuperação. Para Lancaster (2004) estas etapas acontecem quase que em simultâneo.

Tendo as etapas da análise de assunto, leitura documentária, identificação dos conceitos e a seleção dos conceitos, tem-se suas explanações nas próximas seções abaixo:

a) leitura documentária:

A leitura documentária não é feita como uma leitura comum, leitura do material na íntegra, mas como uma leitura técnica que consiste em procurar em partes específicas do documento para saber do que ele trata. Esse tipo de leitura acontece quando o indexador faz a análise do documento para identificar qual o assunto abordado para que se possa fazer sua representação em termos de indexação (SILVA; FUJITA, 2004).

A primeira etapa da análise de assunto é entendida por Redigolo (2010, p.53-54) como a “[...] leitura com objetivos profissionais, bem como no caso da catalogação de assunto, com o objetivo de identificar e selecionar conceitos de um determinado documento, a fim de proporcionar uma representação”.

Dias e Naves (2013) afirmam que a leitura documentária não é uma leitura prazerosa, não é feita por lazer ou para aprender algo, é uma leitura racional e rápida. Segundo os autores, a leitura técnica é considerada uma estratégia para a análise de assunto. O bibliotecário responsável por essa atividade busca apenas

identificar os conceitos que irão descrever o material em questão, onde esse tipo de leitura é feita não apenas em livros.

Esse tipo de leitura torna o trabalho do bibliotecário indexador mais ágil por não precisar ler todo o material para identificar o(s) assunto(s), pois de acordo com Dias e Naves (2013) para fazer a leitura completa dos materiais existentes em uma biblioteca seria preciso dispor de uma quantidade considerável de pessoas para realização dessa atividade.

A NBR 12676/1992 pode auxiliar nessa etapa, bem como os modelos propostos por Fujita (2013). Em documentos impressos, a norma afirma que devem ser considerados:

- o título e subtítulo;
- o resumo;
- o sumário;
- a introdução;
- as ilustrações, tabelas, diagramas e seus respectivos títulos;
- palavras ou grupo de palavras em evidência;
- e as referências bibliográficas.

Já os modelos propostos por Fujita (2013), vide Anexo A e Anexo B, apresentam de forma explicativa a etapa, tanto para livros como para artigos, mostrando como primeiro passo a observação da estrutura do texto para a localização do conteúdo.

A norma não faz distinção entre os tipos de texto existente, como livros e artigos, não apontando as estruturas respectivas para cada tipo de material, mas Fujita (2013) apresenta dois modelos diferentes, visto que são materiais que possuem formato distinto.

Durante a leitura, o indexador toma conhecimento do assunto abordado no material, compreendendo o seu conteúdo para então poder identificar os conceitos e selecionar os termos que o representarão.

Esse processo de leitura sofre interferência da linguística, cognição e lógica, como já foi mencionado na análise de assunto. A linguística faz parte desse processo por trabalhar com a morfologia, sintaxe, semântica etc., sendo especiais para esta atividade citada, em que a primeira se ocupa da identificação das partes

da palavra e de suas condições de ocorrência; a segunda se ocupa das relações estabelecidas a partir da organização sintagmática dos elementos; e a terceira por se ocupar da significação dos elementos (CINTRA, 1983), respectivamente.

Outro fator de interferência mencionado acima é a cognição que, de acordo com Dias e Naves (2013, p. 79-80), “a compreensão de um texto implica a identificação dos conceitos essenciais nele contidos, e essa compreensão necessita de interação de processos intelectuais complexos, que envolvem a memória do indivíduo e a ativação das estruturas cognitivas”. Os autores ainda falam da lógica, outro aspecto que interfere nesse processo por conta do raciocínio.

Os três fatores presentes na leitura ajudam na identificação dos conceitos, assunto abordado na próxima seção, presentes no documento.

b) identificação dos conceitos:

Essa etapa se inicia com a leitura documentária por parte do bibliotecário, em que este deve compreender os conceitos contidos no documento, onde esse entendimento depende dos três fatores previamente referidos: a linguística, a cognição e a lógica.

Na identificação dos conceitos, digamos segunda etapa da análise de assunto, o indexador identifica os conceitos que representam o conteúdo do documento por meio da percepção tida da leitura, onde a própria identificação leva em conta a comunidade assistida.

Para que se consiga identificar esse(s) conceito(s) deve(m)-se considerar alguns questionamentos e partes do texto. A NBR 12.676 de 1992 apresenta os seguintes questionamentos para ilustrarem os aspectos gerais que devem ser considerados na elaboração de uma lista dos aspectos que são importantes considerando a cobertura de assunto:

- a) qual o assunto de que trata o documento?
- b) como se define o assunto em termos de teorias, hipóteses, etc.?
- c) o assunto contém uma ação, uma operação, um processo?
- d) o documento trata do agente dessa ação, operação, processo, etc.?
- e) o documento se refere a métodos, técnicas e instrumentos especiais?
- f) esses aspectos foram considerados no contexto de um local ou ambiente especial?
- g) foram identificadas variáveis dependentes ou independentes?

h) o assunto foi considerado sob um ponto de vista interdisciplinar? (p.ex. um estudo sociológico da religião). (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1992, p. 2).

Fujita (2013) em seus modelos (vide ANEXO A e ANEXO B), também apresenta as partes dos textos a serem vistos e seus respectivos questionamentos, a que corresponde ao ponto dois do modelo, estando ligado ao que foi apresentado na leitura documentária.

Apesar de ambos tentarem minimizar o tempo gasto pelo indexador nessa etapa, a norma não faz menção às partes do texto que devem ser observadas com intenção de dispor as respostas aos questionamentos levantados, o que difere dos modelos propostos por Fujita (2013).

A etapa de identificação é considerada tão complexa quanto à leitura, levando em consideração os procedimentos envolvidos e a atitude do profissional responsável por essa etapa, por ser a partir deste exame identificados os [conceitos] coerentes ao documento observados (REDIGOLO, 2014).

Por fim, depois da identificação dos conceitos tem-se a próxima etapa na análise de assunto, apresentada a seguir.

c) seleção dos conceitos:

Após a sua identificação é necessário selecionar os conceitos. Essa seleção é feita conforme o objetivo da instituição, o grau de especificidade escolhido e a comunidade que frequenta o local. A norma já citada aborda sobre seleção dos conceitos dentro do tópico identificação de conceitos e, Dias e Neves (2013), apresentam com atinência.

Nesta etapa são escolhidos os conceitos que realmente são imprescindíveis para representar o que é abordado no documento, sendo assim, UNISIST (1981) e Fujita (2003) declaram que não precisa necessariamente registrar como termo de indexação todos os conceitos que foram identificados durante a apreciação do documento.

A escolha dos conceitos necessita levar em consideração o que dispõe a política de indexação, no caso de haver uma, no que se refere sobre a exaustividade e especificidade. A primeira indica a quantidade de conceitos que devem ser

selecionadas e, a segunda, indica se será mais específica ou mais geral com que devem ser tratados tais conceitos, atendendo ao público alvo.

O passo seguinte é a mudança dos conceitos para termos de indexação, em que são passados para uma linguagem adequada ao sistema. Essa modificação é abordada no próximo ponto.

2.2 Tradução

Para a segunda etapa da indexação, a tradução, os conceitos que foram selecionados passarão a ser termos de uma linguagem de indexação. Conforme Chaumier (1985, p. 65), “essa tradução se faz [...] nos termos da linguagem documentária utilizada pelo serviço de documentação. Na maioria das vezes, a linguagem documentária será um ‘thesaurus’ próprio ao centro de documentação ou setorial”. A escolha da linguagem é feita para que não haja desencontros quando utilizada em sistemas, sendo aquelas usadas pelos usuários e as usadas pela organização (MAIMONE; KOBASHI; MOTA, 2016). Entendendo-se que a escolha da linguagem se dá para que haja o controle das entradas no sistema, evitando assim termos duplicados.

A NBR 12676 (1992) aborda a tradução no tópico seleção de termos de indexação, apontando que o indexador ao traduzir os conceitos por termos de indexação tem que observar as práticas a seguir: a) fazer uso de descritores adequados que a linguagem de indexação aplicada ao sistema possui; b) para termos que não estão presentes na linguagem é preciso averiguar sua precisão e aceitabilidade em instrumentos de referência, como dicionários e enciclopédias de autoridades com prestígio nas suas especialidades, tesouros que vão de acordo com a ISO 2788 ou ISO 5964 e tabelas de classificação.

Nessa perspectiva, a linguagem de indexação ou linguagem documentária é entendida como sendo sistemas simbólicos criados que objetivam facilitar a comunicação assim como a linguagem natural, mas sendo reservada ao contexto documentário tendo como objetivo a comunicação usuário-sistema (CINTRA; TÁLAMO; LARA; KOBASHI, 2002).

Essa linguagem pode ser pré-coordenada e pós-coordenada, em que a primeira os termos são combinados quando se está indexando e são especialmente

em bibliotecas e unidades de informação que possuem sistema manual com registro impresso. Já na segunda, os termos são combinados na hora da busca pelo usuário e são utilizadas em sistemas automatizados, que fazem uso de computador (VALE, 1987).

O principal papel da linguagem documentária é de tornar única a linguagem utilizada pelos usuários, pelo sistema e pelo indexador. Com a escolha da utilização dessa linguagem é que será realizada a tradução dos conceitos que estavam em linguagem natural e, para isso, são utilizados tesouros, vocabulários controlados, listas de cabeçalhos de assunto, entre outras. A linguagem documentária por ser um vocabulário controlado evita polissemias, ambiguidades e redundâncias, diferentemente da linguagem natural.

Em bibliotecas universitárias a linguagem considerada mais adequada é a documentária, visto que esse local trata de informações especializadas pela qual essa linguagem vai contribuir para a melhor representação do conteúdo. O usuário tendo entendimento dessa linguagem, que representa sua área de conhecimento, tem mais chances de ter êxito nas consultas-recuperação via catálogo *on-line* (BOCCATO, 2012).

Os assuntos abordados são de extremo valor para a indexação e para que se tenha êxito no seu resultado final, a satisfação dos usuários em suas buscas por informação, onde o processo precisa estar pautado na política de indexação, ponto que será exposto no próximo capítulo.

3 UMA ABORDAGEM TEÓRICA SOBRE POLÍTICA DE INDEXAÇÃO

A presente seção aborda de forma teórica, com revisão de literatura, a política de indexação, tendo o intuito de mostrar a sua importância nas unidades de informação, nesse caso em uma biblioteca setorial universitária; assim como os elementos e variáveis que devem ser considerados na sua elaboração.

Fujita (2012a), a partir de duas visões acerca da política de indexação, sendo uma mais ampla, que leva em conta o contexto da gestão do SRI sobre as atividades de indexação, e a outra que visa mais os procedimentos, elementos de indexação, operacionalização e avaliação, entende que política de indexação como é “um conjunto de procedimentos, materiais, normas e técnicas orientadas por decisões que refletem a prática e princípios teóricos da cultura organizacional de um sistema de informação” (FUJITA, 2012a, p. 22).

O documento que contém as diretrizes que ajudam o profissional da informação durante o processo de indexação é o manual de indexação. A principal função da política de indexação é de orientar e sistematizar o trabalho do bibliotecário indexador para melhorar a indexação e, conseqüentemente, a recuperação da informação (FUJITA, 2016).

Estudos referentes à temática de política de indexação, aqui no Brasil, são recentes e começaram com Carneiro em 1985 com o trabalho *Diretrizes para uma política de indexação*, depois foram surgindo novas pesquisas no campo da Organização e Representação do Conhecimento (DAL'EVEDOVE; FUJITA, 2015). Os trabalhos existentes têm como referência o de Carneiro e sempre buscam fazer melhorias, se adequando ao tempo e às novas percepções.

Como já foi exposto anteriormente, para a realização da indexação é necessário que a biblioteca siga certos passos visando à consistência, padronização do processo, bem como a eficiência do sistema, sempre tendo em mente o usuário. Ou seja, o processo de indexação se assemelha a uma ponte, por ligar o documento ao usuário, por almejar tornar o documento acessível.

Dias e Naves (2013) afirmam que a “política de indexação é imprescindível na orientação da atividade do indexador” e que a boa elaboração da mesma vai fazer com que o SRI seja mais eficaz. Portanto, a política de indexação serve para

padronizar as atividades no processo de indexação para que haja o bom funcionamento do sistema de informação.

A elaboração da política é considerada por Cesarino (1985), Carneiro (1985), Lancaster (2004), Rubi e Fujita (2003) e Rubi (2008, 2009, 2012a), como uma decisão administrativa/gerencial. Para a sua elaboração é necessário considerar alguns pontos, os quais, de acordo com Carneiro (1985, p. 221) são:

- características e objetivos da organização, determinantes do tipo de serviço a ser oferecido;
- identificação dos usuários, para atendimentos de suas necessidades de informação;
- recursos humanos, materiais e financeiros, que delimitam o funcionamento de um sistema de recuperação da informação.

Essas informações são indispensáveis para a sua elaboração por serem com elas que o gestor da unidade vai obter informações quanto à organização, os usuários e despesas.

Com a identificação da organização será possível saber qual o objetivo da instituição, qual a área de assunto que contempla, os tipos de materiais e como deverá ser a indexação. E como o sistema é voltado para os usuários poderá colher informações através do estudo de usuário.

Rubi (2008) enquadra os pontos considerados anteriormente da seguinte forma: contexto, destinatário e infraestrutura. Ela apenas apresenta uma nomenclatura a eles.

As diretrizes de Carneiro (1985) apresentada em seu artigo *Diretrizes para uma política de indexação* além dos fatores, mostrados anteriormente, conta com os elementos que podem ser considerados na elaboração da política de indexação, em que são eles: cobertura de assunto, seleção e aquisição de documentos, o processo de indexação (considerando a exaustividade, especificidade, capacidade de revocação e precisão, e a linguagem), estratégia de busca, tempo de resposta, forma de saída e a avaliação do sistema.

Com o passar dos anos foram sendo desenvolvidas no Brasil mais pesquisas a respeito de política de indexação. Uma delas é a proposta de diretrizes exposta por Dal'Evedove e Fujita (2017), especificamente para bibliotecas universitárias, na qual indica oito diretrizes de orientação, indicadas a seguir:

- As características e os objetivos institucionais deverão ser claramente identificados, servindo de orientação para a definição e cumprimento dos demais pontos da política de indexação;
- Cada biblioteca universitária deverá estabelecer orientações de conduta ética por meio das quais os profissionais bibliotecários atuantes no tratamento temático da informação deverão se pautar;
- Realizar um estudo sobre a cultura organizacional da biblioteca universitária que seja coerente com a demanda da comunidade usuária;
- Prever um estudo de usuário que contemple questões relacionadas ao funcionamento do processo de busca da informação, a fim de se conhecer as formas de uso e significação da linguagem pela comunidade usuária;
- Delimitar com precisão o nível de abrangência que a indexação será realizada;
- Realizar a representação do conteúdo informativo do documento a partir de regras de compartilhamento que preservem a garantia cultural, epistêmica e ética da informação;
- Adequar os assuntos do documento no momento da representação conceitual de acordo com as características da comunidade usuária; e
- Prever a criação de diferentes representações do mesmo documento como forma de amparar usuários inseridos em domínios do conhecimento específicos. (DAL'EVEDOVE; FUJITA, 2017, p. 21).

As diretrizes consideradas pelas autoras, Dal'Evedove e Fujita (2017), captam o que foi indicado por Carneiro como fatores indispensáveis ao planejamento de um SRI. Elas não pontuam elementos específicos para a política de indexação, mas sim, informam o que deve ser levado em consideração na hora da sua elaboração.

A política de indexação não é universal para todas as bibliotecas, pois depende do contexto que se insere, da realidade de cada biblioteca (perfil da instituição, perfil dos usuários e suas necessidades). Sendo assim, os elementos que a compõem também não são um padrão a ser seguido por todas.

Uma política de indexação necessita conter informações no tocante aos seus elementos, o processo de indexação de forma detalhada e o instrumento de indexação. É importante inserir todas as informações pertinentes ao processo de indexação, como as formas padrão de entrada de assunto, os campos a serem preenchidos etc.

Em Política de indexação, Rubi (2012a) apresenta os elementos de política de indexação que considera relevante seguido dos autores que abordam sobre (no total de vinte elementos) o assunto, na qual há também bibliotecas que disponibilizam *online* seu manual de política de indexação. Para o presente trabalho tem-se como base o manual de política de indexação da Unesp que engloba informações relativas aos elementos, processo de indexação e a instrumentos de indexação. Acerca do

processo de indexação e o instrumento, estão presentes no capítulo 2. No próximo tópico são apresentados os referidos elementos.

3.1 Elementos de política de indexação

Os elementos da política de indexação definem condutas e padrões a serem adotados pelos profissionais responsáveis visando garantir a uniformidade e a consistência (FUJITA; SCUTARI; GATTI; SANTOS, 2016), definindo quais os objetivos da indexação, bem como a recuperação da informação.

Os elementos de uma política de indexação não são fixos, variam conforme a realidade de cada biblioteca universitária. O que pode ser pertinente para uma, pode não ser para outra. Então, não quer dizer que se uma biblioteca universitária 'x' não possui os mesmos elementos de política de indexação que a biblioteca universitária 'y', ela está errada.

Como já foi mencionado anteriormente, há vários estudos que apresentam diversos elementos de política de indexação. Os apresentados a seguir são os presentes no livro Política de indexação para bibliotecas: elaboração, avaliação e implantação, em que nele compreende a elaboração, avaliação e implementação da política nas bibliotecas universitárias da Unesp.

No referido livro são 14 elementos considerados: a cobertura de assunto; composição e tipos de documentos; público-alvo; indexador; concordância; especificidade; exaustividade; correção; consistência; sistema de busca e recuperação por assunto; campos de assunto do formato MARC21; estratégia de busca; recuperação por assunto; e avaliação da recuperação por assunto. Os três últimos fazem parte do sistema de busca e recuperação por assunto, e assim, podem ser considerados apenas dez elementos (FUJITA; SCUTARI; GATTI; SANTOS, 2016). Esses elementos são abordados abaixo:

a) cobertura temática:

Nesse ponto são considerados os assuntos abrangidos pelo acervo da biblioteca, centrais e os secundários (CARNEIRO, 1985), e considerados os que são apreciáveis para o usuário. Para ter conhecimento acerca de assuntos que

abrangem a biblioteca pode ser realizado o estudo de usuário. Ou seja, são as áreas de abrangência temática da instituição ou unidade.

b) composição do acervo e tipos de documentos:

Para o desenvolvimento desse item é preciso que se tenha como base as pessoas que serão atendidas pela unidade de informação. Saber suas áreas de interesse e o tipo de material que mais lhe agrada, fazer um levantamento do que é utilizado na área, seja em trabalhos ou em outras unidades que possuem a mesma cobertura de assunto. Segundo Guimarães (2000), este elemento abrange a cobertura e a qualidade dos documentos, sendo considerada a proveniência do mesmo.

O pensamento de Carneiro (1985), indicando como elemento a seleção e aquisição de documentos-fontes, se enquadra no presente item. E neste ponto se enquadra a política de desenvolvimento de coleções.

c) público-alvo:

Carneiro (1985) admite esse item como sendo indispensável ao planejamento de um sistema de recuperação da informação. Nele é realizada a identificação da clientela ao qual o sistema se destina.

São indicados os usuários que se fazem uso dos serviços e produtos oferecidos pela biblioteca, podendo ser um usuário real ou usuário potencial. O primeiro é aquele que faz realmente uso do que a biblioteca oferece, enquanto que o segundo é aquele que pode fazer uso. Com essa informação os serviços e produtos serão bem direcionados a eles, à medida que é permitido saber que tipo de linguagem utilizar e os materiais para seleção e aquisição.

d) indexador (formação):

Um elemento pensado por Foskett (1973), em que deve ser considerada a formação do profissional responsável pela indexação, sobre o assunto que abrange

o acervo, o domínio da linguagem utilizada e como a indexação é realizada. O profissional responsável pela indexação também deve ser indicado.

Esse elemento dentro da política de indexação aborda a formação continuada do profissional para conhecimento da política utilizada pela biblioteca e da linguagem utilizada no sistema.

e) exaustividade:

A exaustividade se refere ao número de conceitos representados pelos termos atribuídos a um documento pelo indexador (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1992, p. 3), sendo considerada por Lancaster (2004) como o número de termos, em média, atribuído. Devem ser considerados conceitos que representem o conteúdo do documento, sem repetições de ideias.

Lancaster (2004) afirma que não deve ser colocada na política uma quantidade fixa, devendo ser estabelecido um intervalo entre elas, tendo que ser um número de descritores capazes de representar o conteúdo do documento, variando também conforme sua tipologia.

f) especificidade:

A especificidade é estudada desde 1876 com Cutter e em 1992 a NBR 12.676 infere que ela tem relação com o grau de precisão com que o termo escolhido caracteriza um conceito presente no documento que está sendo analisado. Conforme Gil Leiva (2012), o padrão de especificidade estabelece-se pela experiência dos indexadores, pelos descritores ou assuntos propostos de acordo com a linguagem de indexação usada e pela política de indexação elaborada pela unidade de informação.

Lancaster afirmava que a especificidade é (2004, p. 34) “o princípio que, isoladamente, é o mais importante da indexação de assunto e que remonta Cutter (1876), é aquele segundo o qual um tópico deve ser indexado sob o termo mais específico que o abranja completamente”. Essa compreensão consiste em decidir se os termos serão aprofundados ou não.

Carneiro (1985) e Rubi e Fujita (2010) dizem que se a especificidade for alta, a taxa de precisão será maior e, conseqüentemente, a revogação será menor. Ela está ligada a revogação e precisão, bem como a exaustividade. A decisão sobre o seu grau depende do tipo de usuário que o local possui.

g) concordância:

A concordância está atrelada a representação do conteúdo do documento, seguindo a linguagem de indexação utilizada no sistema de armazenamento e a recuperação da informação, ou seja, a(o) bibliotecária(o) tem que se deter apenas na linguagem utilizada no sistema de armazenamento e recuperação e nas orientações dadas, estruturas hierárquicas e orientações, para preenchimento dos campos 6XX, assuntos autorizados (FUJITA; SCUTARI; GATTI; SANTOS, 2016).

Ela existe quando há a utilização de uma linguagem de indexação para evitar que documentos de mesmo assunto sejam indexados com variações de palavras, o que acontece com a utilização da linguagem natural.

h) correção:

A correção diz respeito a evitar erros tanto ocasionados por omissão como por inclusão, sendo que o primeiro é aquele que o indexador omite termos na representação de assunto do documento, e o segundo é a inclusão de termos que não são necessários para a representação do assunto (RUBI; FUJITA; BOCCATO, 2012).

Para que não ocorram as falhas de omissão ou inclusão, é necessário que o indexador siga as instruções, a política de indexação (se houver) e ter a capacidade de saber se tal assunto é pertinente ou não para a representação do documento. É algo que parte da consciência e do reconhecimento do indexador em saber se o que ele está fazendo é adequado.

É pertinente considerar que a formação do indexador, o nível de especificidade e nível de exaustividade interferem diretamente, pensando que a formação do indexador faz com que o profissional tenha mais familiaridade com o assunto do documento tratado e os níveis de especificidade e exaustividade dão

informações sobre a profundidade da abordagem dos termos, como a quantidade de termos utilizados.

i) consistência:

A consistência foi estudada por Olson e Boll (2001 apud RUBI, 2012a), e faz referência ao fato de haver um consenso a respeito dos termos escolhidos para representem um documento. Quando se fala em consistência que se percebe na atividade de um único indexador, para um mesmo documento em períodos diferentes chama-se consistência intra-indexador ou intra-consistência. Já quando ocorre de vários indexadores indexarem um mesmo documento de forma diferente, chama-se de consistência inter-indexador ou inter-consistência (GIL LEIVA, 2012). Assim sendo, a consistência parte de uma comparação entre documentos indexados.

Para que haja coincidência entre as indexações, seja por um mesmo profissional em momentos distintos ou por profissionais diferentes, deve-se seguir uma metodologia estabelecida pela biblioteca (FUJITA, 2016). O nível de especificidade interfere nesse elemento.

j) sistema de busca e recuperação por assunto:

Precisa ser indicado qual o sistema utilizado pela biblioteca como interface do catálogo de busca indicando a linguagem (FUJITA; SCUTARI; GATTI; SANTOS, 2016). Esse elemento compreende informações mais gerais e, as demais especificações acerca do sistema e da recuperação, se encontram nos elementos seguintes: campos de assunto do formato MARC21, estratégia de busca, recuperação por assunto e avaliação da recuperação por assunto, sendo separados para evidenciar cada um deles.

k) campos de assunto do formato MARC21:

O estudo de Moen e Bernardino (2003) diz que se devem indicar quais os campos e subcampos do MARC 21 são pertinentes na recuperação da informação e

quais são considerados para a construção do catálogo, considerando os campos de assunto autorizados (6XX).

l) estratégia de busca:

Na estratégia de busca, Carneiro (1985) indica que deve ser decidido como será a busca, delegada ou não. A busca delegada o usuário não faz a procura, como o nome mesmo diz, ele incumbe a uma pessoa com experiência, no caso a pessoa responsável pelo setor. E na busca não delegada, o próprio usuário faz o levantamento na base de dados. Ainda expõe que para a indexação o contato com usuário e o *feedback* da busca é valioso, pelo fato de saber se a forma que se apresentam as informações estão coerentes.

Também é preciso aqui ser decidido que se for pela busca delegada, quem serão os responsáveis, sendo necessário ter um corpo técnico que tenha domínio sobre os assuntos abrangidos pela biblioteca, o esforço que o usuário terá na realização da busca, bem como se haverá compatibilidade no momento da busca caso seja realizada em linguagem natural.

m) recuperação por assunto:

De acordo com Fujita, Scutari, Gatti e Santos (2016), esse elemento é norteado pelos critérios de revocação e precisão para que não haja uma recuperação sem resultados. É um elemento que verifica se há a preocupação para que o usuário tenha formas alternativas de chegar a sua necessidade, se há o emprego de remissivas durante a indexação do documento etc.

n) avaliação da recuperação por assunto:

A avaliação da recuperação por assunto diz respeito à verificação dos termos que estão sendo utilizados pelo bibliotecário no processo de indexação, ao qual devem ser compatíveis com os empregados pelos usuários durante a sua busca no sistema usado pela biblioteca (FUJITA; SCUTARI; GATTI; SANTOS, 2016).

Os elementos apresentados acima precisam ser considerados na elaboração da política de indexação e ela deve ser vista como um ato administrativo e não somente como técnicas a serem seguidas que auxiliam na tomada de decisão (RUBI, 2008, 2012a).

A política de indexação vai além de simples técnicas que por muitos pode ser negligenciada, mas ela tem o intuito de estabelecer padrões no processo de indexação. Com o manual de indexação presente na instituição, o bibliotecário seguirá a linha estabelecida mesmo que haja a mudança de profissional. Rubi e Fujita (2003) expõem que por ela ter princípios e critérios é utilizada para a tomada de decisões.

Apesar de precisar estar registrada em um manual, isso não significa que ela não possa sofrer modificações. Mudanças no manual devem acontecer sempre que necessário, quando percebido que algo não está mais sendo compatível, não apresentando êxito, através de avaliações periódicas. Fazendo uma política bem fundamentada e que corresponda ao espaço da unidade, a recuperação da informação por parte dos usuários será sempre satisfatória.

No próximo capítulo apresenta-se a metodologia pela qual a pesquisa se desenvolveu, o instrumento de coleta de dados e o *lócus* de pesquisa.

4 METODOLOGIA

O presente capítulo aborda a maneira pela qual se desenvolveu este estudo, enquadramento da pesquisa, como se atingiu os objetivos propostos, o instrumento utilizado, assim como, um apanhado a respeito do *lócus* de pesquisa.

A pesquisa, levando em consideração os objetivos, se enquadra como exploratória, que de acordo com Gonsalves (2001, p. 65) “[...] se caracteriza pelo desenvolvimento e esclarecimento de idéias, com objetivo de oferecer uma visão panorâmica, uma primeira aproximação a um determinado fenômeno que é pouco explorado”. A pesquisa exploratória busca levantar informações a respeito de um objeto em que restringe um campo de trabalho (SEVERINO, 2007), sendo justificada pela necessidade de explorar os assuntos que envolvem a escolha dos elementos de política de indexação para posterior análise dos dados coletados.

Diante dessa pesquisa, assume-se um estudo de caso, que nas considerações de Gil (2002, p. 54),

[...] é uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências biomédicas e sociais. Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados.

O que justifica a sua caracterização como estudo de caso é o fato de ser em um local específico, no qual o *lócus* de pesquisa é a Biblioteca Prof.^o Dr.^o Francisco Gemaque Álvaro, pertencente à Faculdade e Odontologia da UFPA, em que teve o intuito de coletar informações referentes ao local escolhido no âmbito dos elementos que podem ser identificados no processo de indexação de assunto.

No que tange ao levantamento de dados para o embasamento teórico, é entendida como uma pesquisa bibliográfica, considerada por Marconi e Lakatos (2003, p. 183), aquela que:

[...] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas.

Esse levantamento foi feito por meio de pesquisas na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci), a biblioteca eletrônica Scielo e buscador Google acadêmico para a obtenção de materiais como artigos de periódicos, tese, dissertação; também foi realizado a partir da consulta nas bibliografias dos materiais que dão fundamentação teórica para a elaboração deste trabalho, bem como em livros e documento da instituição, onde se trata também de uma pesquisa documental por ter sido realizado o levantamento de informações, no relatório de gestão anual (disponível no site da Biblioteca Central da instituição), relativas ao sistema que compõe o referido *locus* de pesquisa.

Para esse levantamento das bibliografias foram utilizadas as palavras-chave/termos: análise de assunto; indexação; política de indexação; linguagem documentária; linguagem de indexação; leitura documentária; identificação de conceitos.

A coleta de dados foi realizada a partir de um questionário aplicado à bibliotecária da Biblioteca Prof^o. Dr^o. Francisco Gemaque Álvaro, para obter informações que são pertinentes ao desenvolvimento deste estudo. O questionário é segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 201) “um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”.

A utilização desse instrumento se dá para que se conheça a opinião e coleta de informações pertinentes à realização da pesquisa sem que haja interferência do pesquisador, já que seu envio pode ser via e-mail, a evitar que o sujeito da pesquisa responda as questões sob a influência do pesquisador.

Informações mais específicas acerca do instrumento utilizado estão explicitadas na seção a seguir.

4.1 Biblioteca Setorial da UFPA Prof^o. Dr^o. Francisco Gemaque Álvaro

A Biblioteca Prof^o. Dr^o. Francisco Gemaque Álvaro é uma biblioteca setorial localizada no campus Belém da UFPA. Ela está ligada a Faculdade de Odontologia (FOUFPA) que faz parte do Instituto de Ciências da Saúde (ICS), sendo uma biblioteca ligada a FOUFPA, que é especializada na área de odontologia e tem por

objetivo conceder o acesso à informação para a comunidade acadêmica do local e às demais pessoas que tenham interesse na área.

Ela compõe o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará (SIBI/UFPA) formada por 36 bibliotecas (localizadas em Belém e em outros municípios), e é subordinada à Biblioteca Central da UFPA, Prof.º Dr.º Clodoaldo Fernando Ribeiro Beckmann, na parte técnica, assim como as demais. As bibliotecas utilizam o Pergamum (*software*) que reúne os seus acervos em um catálogo único que está disponível *on-line* (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2018).

O acervo da Biblioteca da Faculdade de Odontologia da UFPA é composto por livros, periódicos, obras de referência, trabalhos acadêmicos. Em novembro de 2018 o acervo possuía 1339 títulos de livros (3688 exemplares), 250 títulos de periódicos (4458 exemplares, nacionais internacionais) e 1029 trabalhos acadêmicos (741 tcc's, 118 monografias, 154 dissertações e 16 teses). Dispõe de serviços como consulta local, empréstimo domiciliar, renovação de obras, reserva de obras, acesso a internet, ficha catalográfica, treinamento de usuário, levantamento bibliográfico e orientação para normalização de trabalhos retirada para cópia. Podem emprestar obras apenas as pessoas cadastradas (discentes, docentes e técnicos da UFPA) e a consulta local de material pode ser realizada por qualquer pessoa.

A Biblioteca, no início da pesquisa, contava com uma equipe de três pessoas: a bibliotecária, a assistente em administração e a estagiária. Atualmente, conta apenas com uma bibliotecária e uma estagiária. Devido ter apenas uma bibliotecária, ela é a responsável por todos os setores.

4.2 Instrumentos de pesquisa e procedimentos para a coleta de dados

Para a coleta de dados foi utilizado como instrumento o questionário, ao qual foi elaborado e aplicado para investigar possíveis elementos de política de indexação presentes no processo de indexação.

O mesmo contém 31 perguntas (vide Apêndice A) classificadas como de múltipla escolha, perguntas abertas e perguntas fechadas. Elas são referentes ao processo de indexação com ênfase nos elementos de política de indexação. As

perguntas foram elaboradas a partir dos elementos de política de indexação apresentados pelas das autoras Fujita, Scutari, Gatti e Santos (2016).

Sua aplicação foi feita pelo envio por e-mail para a bibliotecária responsável pelo setor de tratamento da informação, que é classificada como sujeito da pesquisa. Com as perguntas contidas no instrumento foi possível verificar como, de fato, ocorre o processo de indexação e os elementos de política de indexação presentes, pela análise das respostas obtidas no questionário.

As perguntas do questionário podem ser agrupadas pelo mesmo assunto similar e referente aos elementos da política de indexação segundo Carneiro (1985) e Rubi (2008, 2012a), conseqüentemente, a disposição das questões e relativos assuntos encontram-se presentes no Quadro 3.

Quadro 3 – Disposição das questões do questionário

Questão do questionário	Elementos de política de indexação
1	Abrange todos os elementos
2, 3, 4, 5, 7, 8	Indexador (formação)
6	Consistência
9	Correção
10	Cobertura temática
11, 12	Composição do acervo/tipos de documentos
13	Público-alvo
14	Exaustividade
15	Especificidade
16, 17 e 18	Campos de assunto do formato MARC21
19,	Leitura documentária
20	Identificação dos conceitos
21	Seleção dos conceitos
22, 23	Sistema de busca e recuperação por assunto
24	Estratégia de busca
25, 26	Avaliação da recuperação de assuntos
27, 28, 29, 30	Recuperação por assunto
31	Concordância

Fonte: Elaborado pela autora do trabalho, 2019.

4.3 Categorias para a análise dos dados

Foram criadas categorias para analisar os resultados obtidos na coleta de dados a partir do questionário para sua posterior discussão. A questão 1 é constituída por dezoito itens com intuito de verificar quais os elementos de política

de indexação são considerados pela bibliotecária como presente no processo de indexação. As demais questões são relativas, também, aos elementos, compreendidos como variáveis, requisitos, processo e linguagem, são agrupados para melhor análise, ficando dispostas da seguinte maneira: requisitos (nomeada assim por servirem de base para os demais elementos), qualidade da indexação (esses são elementos que representam tanto o processo como o resultado da indexação), sistema (abrangem o sistema de forma geral), processo (informações sobre a análise de assunto) e a linguagem (utilização de uma língua controlada ou não).

A categoria requisitos para elaboração de política de indexação refere-se às questões sobre o indexador (questões 2, 3, 4, 5, 7 e 8), cobertura temática (questão 10), composição do acervo/tipos de documentos (questões 11, 12) e público-alvo (questão 13);

A categoria qualidade de indexação assume as questões acerca da consistência (questão 6), correção (questão 9), exaustividade (questão 14) e especificidade (questão 15);

A categoria sistema da unidade de informação abarca as questões de campos de assunto do formato MARC21 (questões 16, 17 e 18), sistema de busca e recuperação (questões 22 e 23), estratégia de busca (questão 24), avaliação da recuperação de assunto (questões 25 e 26) e recuperação por assunto (questões 27, 28, 29 e 30);

A categoria processo de indexação está ligada a leitura documentária, identificação e seleção dos conceitos (questões 19, 20 e 21);

Por fim, a última categoria é a linguagem documentária correspondente a concordância (questão 31), expressas no Quadro 4.

Quadro 4 – Categorias de análise

Questões do questionário	Elementos de política de indexação
REQUISITOS PARA ELABORAÇÃO De POLÍTICA DE INDEXAÇÃO	
2, 3, 4, 5, 7 e 8	Indexador (formação)
10	Cobertura temática
11 e 12	Composição do acervo/tipos de documentos
13	Público-alvo

QUALIDADE DA INDEXAÇÃO	
6	Consistência
9	Correção
14	Exaustividade
15	Especificidade
SISTEMA DA UNIDADE DE INFORMAÇÃO	
16, 17 e 18	Campos de assunto do formato MARC21
22, 23	Sistema de busca e recuperação por assunto
24	Estratégia de busca
25, 26	Avaliação da recuperação de assuntos
27, 28, 29 e 30	Recuperação por assunto
PROCESSO DE INDEXAÇÃO	
19	Leitura documentária
20	Identificação dos conceitos
21	Seleção dos conceitos
LINGUAGEM DOCUMENTÁRIA	
31	Concordância

Fonte: Elaborado pela autora do trabalho, 2019.

A análise seguiu da seguinte maneira: a primeira questão continha elementos que eram para ser indicados pela bibliotecária, pela sua opinião e, assim, foi realizado um cruzamento entre as alternativas marcadas na citada questão com as demais que foram categorizadas (questões 2-30).

Ressalva-se que a ausência dos elementos adotados para esse estudo não significa que a biblioteca em questão está certa ou não, pois eles devem ser considerados com base na cultura organizacional da instituição. Constatada a presença deles, servirão de base para posteriores estudos mais aprofundados voltados para a elaboração de política de indexação para tal instituição.

Dando sequência ao estudo, o próximo capítulo refere-se à análise e discussão dos resultados obtidos a partir da coleta de dados, com aplicação das categorias referidas no início.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise foi desenvolvida fazendo um cruzamento entre as opções marcadas na questão 1 e as demais questões, sendo respeitada o tema de cada uma com a agrupação estabelecida nas categorias. Não são apresentadas as perguntas de cada questão, sendo analisadas as respostas a partir da análise qualitativa para verificar as respectivas perguntas, que podem ser observadas no Apêndice A.

Começando a apresentação das respostas da primeira questão, que apresentava 18 alternativas, podendo ser marcadas todas, dizia a respeito dos elementos que a bibliotecária considerava presentes e que interferem no processo de indexação. Diante disso, não foram marcadas duas opções: a avaliação de recuperação de assuntos e outros: identifique. Foram escolhidas as opções: determinação da cobertura temática (assuntos centrais e periféricos); composição do acervo e tipos de materiais; público-alvo; indexador (formação contínua); exaustividade; especificidade; concordância; sistema de busca e recuperação por assunto, esse elemento compreende: campos de assunto do formato do MARC21; estratégia de busca, e recuperação por assunto; leitura documentária; identificação de conceitos; e seleção de conceitos.

Abaixo serão expostas as categorias de análise, conforme o quadro 4, apresentadas na metodologia:

REQUISITOS PARA A ELEBORAÇÃO DE POLÍTICA DE INDEXAÇÃO

QUALIDADE DA INDEXAÇÃO

SISTEMA DA UNIDADE DE INFORMAÇÃO

PROCESSO DE INDEXAÇÃO

LINGUAGEM DOCUMENTÁRIA

Seguindo as categorias propostas para as questões 2 a 31, são iniciadas as análises pelos requisitos para a elaboração de política de indexação (Quadro 5):

Quadro 5 – Requisitos para a elaboração de política de indexação

REQUISITOS PARA A ELEBORAÇÃO DE POLÍTICA DE INDEXAÇÃO	
Questões do questionário	Elementos de política de indexação
2, 3, 4, 5, 7 e 8	Indexador (formação)
10	Cobertura temática
11 e 12	Composição do acervo/tipos de documentos
13	Público-alvo

Fonte: Elaborado pela autora do trabalho, 2019.

As questões foram agrupadas e nomeadas de requisitos para elaboração de política de indexação devido suas relações, disponibilizando informações que sevem de base para a descrição dos demais elementos. Seguem abaixo os elementos:

a) indexador (formação):

A respeito do indexador (formação) o sujeito da pesquisa indicou como sendo um elemento (questão 1) e afirmou que o processo de indexação fica a cargo da biblioteca setorial, sob a responsabilidade da bibliotecária, e o treinamento que contém a indexação faz parte do conjunto de orientações repassadas pela Biblioteca Central, em que são disponibilizados antes de assumir o cargo. Sua duração varia, por levar em conta a necessidade e/ou vontade do bibliotecário que passa por ele.

São oferecidos cursos e treinamentos para formação continuada do profissional, como registro bibliográfico no formato MARC21 e treinamento de depósitos no repositório da instituição. Mas, ao assumir em uma biblioteca setorial, não é efetuado um treinamento específico para se ter familiaridade com a área de cobertura da biblioteca.

O treinamento antes de assumir o cargo contempla uma visão geral dos serviços e das atividades desenvolvidas, indo do tratamento da informação até aos serviços prestados ao usuário (referência, circulação, gestão de produtos informacionais e desenvolvimento de coleções).

A formação do indexador é entendida por Rubi (2012b) como sendo um item que aborda a maneira que é constituída a formação continuada e inicial do bibliotecário responsável pela indexação, devendo ser realizados cursos específicos

dirigidos à área da indexação e a área que envolve os usuários, dando assim condições ao bibliotecário de conhecer os assuntos voltados ao seu local de trabalho e a terminologia usada pelos usuários da biblioteca.

Na visão de Fujita (2012b) essa formação, considerando a inicial, a contínua e de capacitação, permitem que o profissional tenha conhecimentos específicos relativos ao tratamento da informação. Já o ambiente do sistema de informação dá a ele conhecimento sobre a cultura da organização, sua política de indexação, linguagem de indexação e as demandas da comunidade usuária.

Com base nas respostas e a visão das autoras pode ser inferido que são concedidas condições para a formação continuada da profissional com oferecimento de treinamentos e cursos de capacitação para o desempenho da atividade, igualmente as demais atividades e serviços oferecidos, mas deixa a desejar no que se refere à especialização da profissional na área de abrangência da biblioteca, por não ter uma preparação mais específica para possuir um conhecimento voltado à área que a biblioteca abrange, podendo dificultar a atividade, deixando com dúvidas/receios no momento da escolha dos termos para a representação adequada do material.

b) cobertura temática e composição do acervo/tipos de documentos:

No que se refere à cobertura temática, composição do acervo e tipos de documentos, o sujeito da pesquisa considerou como sendo elementos presentes na questão 1 e, como resposta, na questão 10 expôs que a cobertura temática contempla a área de odontologia, abrangendo assuntos como clínica odontológica, cirurgia buco-maxilo-facial, odontopediatria, periodontia, endodontia, radiologia odontológica, odontologia social e preventiva e materiais odontológicos.

A composição do acervo é realizada por meio da seleção e aquisição de documento que ocorre de maneira colaborativa seguindo a política de formação e desenvolvimento de coleções do sistema de bibliotecas da UFPA (instrumento formal que estabelece critérios e prioridades); a seleção dos materiais é baseada nos planos de ensino, utilizando para tal as bibliografias dos Programas e os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC's); e a aquisição acontece pela compra (respeitando o orçamento disponível), doação e/ou permuta.

Acerca da composição do acervo/tipos de documentos (questões 11 e 12), o sujeito da pesquisa afirma que o acervo é composto por livros, folhetos, periódicos, trabalhos acadêmicos, materiais especiais e obras de referência.

As respostas obtidas podem ser analisadas a luz do que Carneiro (1985) expõe referente à cobertura de assunto, entendendo como os assuntos abrangidos pelo sistema (centrais e periféricos). A referida autora e Guimarães (2002) abordam sobre a seleção e aquisição de documentos-fonte, inserida na questão da composição do acervo e tipos de documentos, onde, em seus entendimentos consideram a extensão da cobertura temática do sistema e qualidade dos documentos, devendo existir uma política de seleção adequada.

Assim sendo, pode-se observar que a biblioteca segue o que é aludido por tais autores, na medida em que se preocupa e tem conhecimento da área de abrangência da biblioteca que está alocado e que para a composição do acervo e tipos de documentos norteia-se pela política de seleção e aquisição de documentos da instituição. Além disso, há a preocupação com a procedência e a qualidade dos materiais selecionados podendo ser visualizada pelo fato de ser cometido o levantamento dos materiais fundamentados nas bibliografias dos Programas e os Projetos dos Cursos.

c) público-alvo:

Sobre o público-alvo, obteve-se como respostas do sujeito da pesquisa um elemento na questão 1 e, na questão 13 foi indicado que o público-alvo real compreende a comunidade acadêmica da Faculdade de Odontologia da UFGA, assim como, o público potencial àquelas pessoas com interesse na área.

Esse item é abordado por Carneiro (1985) como sendo uma informação imprescindível para o planejamento do sistema de informação, por dar informações para que suas necessidades sejam atendidas.

Nota-se que é um elemento que a biblioteca aprecia e que tem sua indicação bem definida, o que lhe confere condições para desenvolver trabalhos voltados especificamente para seus usuários reais.

Passando para a categoria que abrange a qualidade da indexação, segue a disposição apresentada no Quadro 6.

Quadro 6 – Qualidade da indexação

QUALIDADE DA INDEXAÇÃO	
Questões do questionário	Elementos de política de indexação
6	Consistência
9	Correção
14	Exaustividade
15	Especificidade

Fonte: Elaborado pela autora do trabalho, 2019.

O agrupamento das questões intituladas qualidade da indexação se deu pelo pensamento de Gil Leiva (2012), que considera as mesmas desse modo por influenciarem na qualidade da indexação. Os seus elementos são apresentados abaixo:

a) consistência e correção:

Partindo para as respostas tidas pelas questões, o sujeito da pesquisa afirmou serem elementos considerados na questão 1 e nas questões 6 e 9 declarou haver a conferência da indexação, podendo utilizar como comparação de resultados na questão 6. A inclusão de dados do sistema é realizada seguindo regras específicas, trabalhando com vocabulário controlado observados na questão 9.

Sobre o primeiro item, consistência, Olson e Boll (2002 apud RUBI, 2012) entendem que para que isso exista é necessário que haja um consenso para determinar o termo usado na representação de um documento, sendo a especificidade um importante item que o influencia.

Para falar de correção utiliza-se do entendimento que as autoras Rubi, Fujita e Boccato (2012) possuem sobre o item que se refere a evitar erros decorrente a omissão e inclusão de termos para representação de um documento. A sua melhor avaliação deve levar em consideração a formação do indexador, o nível de especificidade e a exaustividade.

Pelo fato dos dois itens sofrerem influência de elementos que ainda não foram explanados, as considerações sobre eles estarão presentes depois da abordagem da especificidade e exaustividade.

b) especificidade e exaustividade:

A esses itens o sujeito da pesquisa considera como sendo elementos na questão 1 e declarou a respeito da exaustividade na questão 14 a possuir um número de termos que precisa ser respeitado durante a indexação, admitindo até 5 termos para a representação do documento. Acerca da especificidade na questão 15, foi mencionado que o documento deve ser representado o mais específico possível, porém permite-se que em determinados momentos sejam utilizados termos mais genéricos.

A especificidade é compreendida por Cutter (1876) como sendo o que permite um documento ser indexado por termos mais específicos contemplando o todo. Ou seja, o nível de especificidade vai determinar se a utilização dos termos serão mais específico ou mais geral.

A exaustividade é a quantidade de termos permitido para representar um documento (LANCASTER, 2004). Na literatura, como por exemplo, Lancaster (2004), afirma que não deve ter uma forma de limites absolutos para determinar essa quantidade.

Com as respostas dos quatro itens e a visão dos autores foi possível verificar que a busca pela consistência é feita, assim como, a verificação dos materiais indexados.

A correção também está presente, em que preservam a utilização da linguagem controlada, há a formação do profissional e são estabelecidos os níveis de especificidade e exaustividade. Uma ressalva a ser feita é que o elemento seria mais bem desenvolvido se o profissional recebesse um treinamento/curso para maior percepção da cobertura de assunto da biblioteca e, também, a melhor descrição da exaustividade, sendo explicitada para cada tipo de material.

Dando prosseguimento às categorias, a próxima é o sistema da unidade de informação seguindo a sua disposição no Quadro 7.

Quadro 7 – Sistema da unidade de informação

SISTEMA DA UNIDADE DE INFORMAÇÃO	
Questões do questionário	Elementos de política de indexação
16, 17 e 18	Campos de assunto do formato MARC21

22, 23	Sistema de busca e recuperação por assunto
24	Estratégia de busca
25, 26	Avaliação da recuperação de assuntos
27, 28, 29 e 30	Recuperação por assunto

Fonte: Elaborado pela autora do trabalho, 2019.

O elemento principal é o sistema de busca e recuperação por assunto composto pelos campos de assunto do formato MARC21, estratégia de busca, avaliação da recuperação por assuntos e recuperação por assunto. Essa divisão se dá para ter informações mais detalhadas do sistema.

Na primeira questão os itens assinalados como elementos presentes foram o sistema de busca e recuperação por assunto, campos de assunto do formato MARC21, estratégia de busca e recuperação por assunto, não sendo marcado o item referente à avaliação da recuperação por assunto. Os elementos presentes estão dispostos abaixo:

a) campos de assunto do formato MARC21:

Nas questões sobre os campo de assunto do formato MARC21 (16,17 e 18) foi afirmado que são estabelecidos campos autorizados no MARC21 e que o seu preenchimento são orientados pelas listas de cabeçalhos de assunto da *Library of Congress*, assim como, da Fundação Biblioteca Nacional, a rede Pergamum e os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), os campos do MARC21 não foram especificados com a justificativa de que dependem do tipo de documento analisado.

Moen e Bernardino (2003) indicaram como um elemento e faz referência a enumeração dos campos (campos de assunto autorizados 6XX) e subcampos do MARC21 pertinentes, seja para a recuperação da informação ou para a construção do catálogo.

Com as informações obtidas, apesar de não terem sido explicitados os campos e subcampos de assunto autorizado, foi possível ver que possuem campos autorizados e que seu preenchimento se dá por meio de lista de cabeçalhos de assunto e autoridades.

b) sistema de busca e recuperação por assunto:

Sobre o sistema de busca e recuperação nas questões 22 e 23, é indicado que o sistema de gerenciamento de dados adotado pelo SIBI/UFPA é o Pergamum, considerado pelo sujeito da pesquisa como sendo um *software* facilitador e cooperativo por funcionar de maneira integrada, onde em sua opinião a interface gráfica é simples. De acordo com o sujeito da pesquisa, o sistema adotado pelo SIBI/UFPA permite a busca por linguagem natural por fazer a compatibilidade dessa linguagem com a linguagem controlada por meio do cadastramento de remissivas.

O sistema de busca e recuperação por assunto é um item para se indicar qual o sistema é utilizado pela biblioteca (FUJITA; SCUTARI; GATTI; SANTOS, 2016). Posto o que as autoras entendem como sendo informações referentes a esse item e, com as informações alcançadas, foi possível verificar que o sistema adotado é conhecido e que a linguagem utilizada na busca não é necessariamente a linguagem controlada.

c) estratégia de busca:

Referente à estratégia de busca que é adotada pelo SIBI/UFPA na questão 24, é informado que ela é delegada e que fica a cargo dos profissionais atuantes na biblioteca. Sobre esse item, Carneiro (1985) em seu estudo diz que deve ser indicado qual o tipo de busca, delegada ou não.

Deste modo, pode ser considerado como um elemento contemplado por deixar claro o tipo de busca presente na biblioteca e o profissional responsável por sua realização.

d) avaliação da recuperação por assunto:

No que se trata da avaliação da recuperação por assunto, apesar de não ter sido marcada como elemento, na questão 25 é informado que no presente momento não é feita essa avaliação para verificar a satisfação do usuário, mas reconhece sua necessidade, importância e interesse na sua realização.

Quanto a avaliação da recuperação, para verificar se os termos das buscas são compatíveis com os termos indexados na questão 26, é informado também que não há essa avaliação, mas, assim como na questão anterior, reconhece sua necessidade, importância e tem interesse em sua realização visando à qualidade do processo de indexação.

A avaliação da recuperação por assunto alude à averiguação dos termos que estão sendo empregados pelo bibliotecário no processo de indexação, em que são compatíveis com os aplicados pelos usuários durante a busca no sistema de armazenamento e recuperação da informação (FUJITA; SCUTARI; GATTI; SANTOS, 2016).

Com o que foi exposto verifica-se que não é realizada essa avaliação, contudo é interessante analisar que é entendida a sua importância para possível melhora na representação por assunto e a adequação entre a linguagem utilizada pelo sistema e aquela utilizada pelos usuários. Faz-se necessário verificar o motivo pela qual não se realiza a avaliação e tentar contorná-lo.

e) recuperação por assunto:

Nas questões que compreendem esse item (27, 28, 29 e 30), na opinião do sujeito da pesquisa, a busca por assunto no catálogo é simples e objetiva, e acredita que essa busca normalmente atende as necessidades dos usuários. É preconizado que para a recuperação por assunto mais eficiente seja utilizado termos mais específicos durante a busca. Quando perguntado sobre o cadastramento de remissivas foi dito que é possível ser feito utilizando o campo 450 do MARC21.

Para esse assunto, as autoras Fujita, Scutari, Gatti e Santos (2016) dizem que esse elemento é guiado pelos critérios de revocação e precisão para que o usuário não tenha recuperação sem resultados. Verificar se possui uma preocupação para que o usuário tenha formas alternativas de atender sua necessidade, se há o emprego de remissivas durante a indexação do documento etc.

Tendo as respostas e o entendimento das autoras compreende-se que são despendidos esforços para que a recuperação por assunto seja satisfatória para o

usuário. A utilização de um catálogo de simples manuseio e utilização de termos específicos na busca para que sejam obtidos resultados aceitáveis.

Assim, buscam se adequar a linguagem dos utilizadores entendendo que por ser um público acadêmico, esses termos sejam de seu conhecimento, da mesma maneira com o emprego de remissivas ajuda a quem não é tão familiarizado com a área para ter acesso a documentos de seu interesse, já que as remissivas são para indicar os termos aceitos pelo sistema.

A categoria apresentada abaixo é a processo de indexação, contendo as informações sobre a leitura documentária, identificação e seleção dos conceitos, expressas no Quadro 8.

Quadro 8 – Processo de indexação

PROCESSO DE INDEXAÇÃO	
Questões do questionário	Elementos de política de indexação
19	Leitura documentária
20	Identificação dos conceitos
21	Seleção dos conceitos

Fonte: Elaborado pela autora do trabalho, 2019.

Esses itens apesar de não serem entendidos propriamente como elementos da política de indexação no material de embasamento para elencar esses elementos, o processo de indexação é constituído por elemento de política, na elaboração no manual, que pode ser dado um destaque a mais a ele, deixando em um tópico a parte. Foi explanada teoricamente no capítulo 2 deste estudo, e segue abaixo os elementos:

a) leitura documentária:

No questionário foi verificado que os itens são entendidos como um elemento na questão 1 e nas questões 19, 20 e 21 que abordam sobre a leitura documentária, a identificação dos conceitos e a seleção dos conceitos, respectivamente.

Foi indicado que a leitura do documento na análise de assunto é realizada tendo como início o conhecimento estrutural do texto, indicando quais partes do texto são observadas, começando pela capa, seguido a folha de rosto, ficha

catalográfica, prefácio, sumário, introdução, dentre outras. E essa análise conceitual é feita para identificar conceitos (extrair assuntos do documento) para depois serem selecionados, tendo em vista a recuperação da informação.

Esse tipo de leitura ocorre quando o indexador faz a análise do documento para identificar qual o assunto abordado para poder fazer sua representação em termos de indexação (SILVA; FUJITA, 2004). Para Redigolo (2010), é uma leitura que possui objetivos profissionais para identificar e selecionar conceitos de um dado documento visando proporcionar uma representação.

Pode-se concluir que, a leitura documentária é praticada na biblioteca, dando condições ao profissional de realizar o trabalho de forma mais ágil, por serem indicados os locais estratégicos para sua prática. O que poderia complementar na sua realização é a utilização dos modelos de leituras propostos por Fujita (2013), que além de serem mostrados os campos estratégicos da leitura, também, mostram o questionamento a ser feito a cada um deles para a identificação do(s) conceito(s) que expressam o documento em análise.

b) identificação dos conceitos:

Na questão que envolve a identificação dos conceitos foi informado que os procedimentos para a sua concretização se faz com base no processo de análise sistemática das partes do texto e que há a suscitação de questionamentos para a extração dos assuntos essenciais do documento seguindo o seu contexto.

Na identificação dos conceitos o indexador aponta os conceitos que representam o conteúdo do documento por meio da percepção tida da leitura, etapa anterior, devendo ser considerada nessa identificação os usuários da biblioteca. De acordo com Redigolo (2014), ela é entendida como sendo tão complexa quanto à leitura documentária, por conta dos procedimentos envolvidos e a atitude do profissional responsável por ela.

Com isso, a identificação dos conceitos por parte da biblioteca é bem definida, contendo procedimentos para sua efetivação que levantam questionamentos a ajudar na sua obtenção.

c) seleção dos conceitos:

Referente à seleção dos conceitos, o sujeito da pesquisa aponta como sendo realizado a partir da identificação dos mesmos e leva em consideração o público a qual se destina, além da linguagem documentária usada. É feita a seleção dos conceitos para sua posterior tradução em termos de linguagem de indexação que admitem representar o conteúdo do documento para fins de recuperação.

Nesta etapa são escolhidos os conceitos que verdadeiramente são indispensáveis para representar o conteúdo do documento, sendo assim, UNISIST (1981) e Fujita (2003) declaram que não precisa necessariamente registrar como termo de indexação todos os conceitos que foram identificados durante o exame do documento.

Pode ser visto que, para a seleção dos conceitos, o usuário é considerado pela biblioteca como um fator interferente, assim como, a linguagem do sistema, na qual é adotada a linguagem documentária. Observa-se uma preocupação em representar o documento deixando-o acessível a seu usuário.

É importante comunicar que por mais que esses itens tenham sido apresentados de forma separada, eles se complementam, seguindo a ordem apresentada, sendo cometidos quase que em simultâneo. Podendo ser considerados elementos que fazem parte de uma política de indexação.

Para a finalização da análise e discussão tem-se a categoria linguagem documentária que compreende o elemento concordância, como pode ser vista a seguir no Quadro 9.

Quadro 9 – Linguagem documentária

LINGUAGEM DOCUMENTÁRIA	
Questões do questionário	Elemento de política de indexação
31	Concordância

Fonte: Elaborado pela autora do trabalho, 2019.

A nomeação dessa categoria se deu não pelo fato de tratar da questão da linguagem (instrumento), mas por quando se fala no elemento concordância, a linguagem utilizada pelo sistema pode ficar evidente, sendo apresentada a seguir:

a) concordância:

Na questão 1 o elemento concordância é evidenciado como um elemento considerado na opinião do sujeito da pesquisa. Na questão 31 sobre a concordância foi comunicado que o preenchimento dos campos de assunto autorizados é feito com a linguagem de indexação, por possuir um padrão estrutural e hierárquico, permitindo o controle do vocabulário.

A esse respeito Fujita, Scutari, Gatti e Santos (2016) entendem como necessário para que haja a concordância que o bibliotecário deve se deter apenas na linguagem usada no sistema de armazenamento e recuperação e nas orientações dadas, estruturas hierárquicas e orientações, para preenchimento dos campos 6XX, assuntos autorizados.

A concordância pode ser tida como um elemento nessa biblioteca por ela se deter em apenas utilizar uma linguagem para a representação, fazendo com que não tenham divergências nas representações de um mesmo assunto. Assim, documentos diferentes que tratem de um mesmo assunto não terão risco de serem representados com palavras diferentes, visto que a linguagem de indexação amarra a representação, evitando a utilização de palavras diversas que indicam um mesmo conceito.

Na próxima seção são apresentados os resultados que merecem um destaque para a sua discussão.

5.1 Discussão geral dos resultados

Com as respostas obtidas a partir do questionário, foi possível verificar que apesar da biblioteca em questão não possuir uma política de indexação formalmente oficializada, observou-se que existem diretrizes para a realização da atividade de indexação passada pela BC. Isto demonstra o interesse da instituição em desenvolver um trabalho pautado em condutas que visam a uniformização das atividades praticadas na indexação de assunto e, por isso, é identificável os elementos que fazem parte de uma política de indexação. Tais elementos são os apresentados no Quadro 10.

Quadro 10 – Elementos de política de indexação identificados

CATEGORIAS DE ANÁLISE	ELEMENTOS DE POLÍTICA DE INDEXAÇÃO
REQUISITOS PARA ELABORAÇÃO DE POLÍTICA DE INDEXAÇÃO	Indexador (formação)
	Cobertura temática
	Composição do acervo/tipos de documentos
	Público-alvo
QUALIDADE DA INDEXAÇÃO	Consistência
	Correção
	Exaustividade
	Especificidade
SISTEMA DA UNIDADE DE INFORMAÇÃO	Sistema de busca e recuperação por assunto
	Campos de assunto do formato MARC21
	Estratégia de busca
	Recuperação por assunto
PROCESSO DE INDEXAÇÃO	Leitura documentária
	Identificação dos conceitos
	Seleção dos conceitos
LINGUAGEM DOCUMENTÁRIA	Concordância

Fonte: Elaborado pela autora do trabalho, 2019.

Cada um dos elementos apresentados tem sua importância na política de indexação, ao qual indicam o que é relevante e/ou descrevem o que de ser feito e, por isso, norteiam o processo de indexação. Os elementos agrupados nas presentes categorias possibilitam entender como eles interferem no processo, em que é discutido a seguir.

A categoria requisitos para a elaboração de política de indexação mostra que há uma preocupação com a identificação das informações que servem de base para as demais categorias por essas informações serem mais gerais acerca da biblioteca.

Na categoria qualidade da indexação os elementos presentes também são pensados pela instituição, o que mostra o zelo em manter um padrão na inserção dos dados no sistema, para que um mesmo documento inserido por pessoas diferentes seja representado da mesma forma.

Com relação à categoria sistema da unidade de informação, os elementos dizem respeito ao sistema de busca e recuperação por assunto que se preocupam em deixar explícito o sistema adotado pela biblioteca, o tipo de busca disponível, os campos do MARC21 que são autorizados, que também é compreendido pela biblioteca, e possuem informações cabíveis a cada elemento.

Na categoria processo de indexação, os elementos compreendem a maneira como abordam o processo de indexação em si, como apresentação de estratégias de leitura para identificação e seleção dos conceitos pertinentes ao documento.

Linguagem documentária como categoria abarca um elemento que se refere à utilização de uma linguagem de indexação para não haver a possibilidade de uso de palavras que indicam a mesma coisa.

Como se pode observar, a instituição e a biblioteca em questão se preocupam com o processo de indexação, em que são fornecidas orientações para sua realização. Essas orientações se referem a cada um dos elementos tomados como norteadores para cumprimento da pesquisa.

Com a análise dos dados e a discussão preliminar de cada um, foi possível perceber que dentre as 5 categorias apresentadas, 3 delas se sobressaem para serem feitas reflexões mais específicas visando à possibilidade de melhoria nas atividades desenvolvidas no processo de indexação, com base da literatura apresentada no estudo. As categorias são: requisitos, qualidade da indexação e sistema da unidade de informação.

Na categoria requisito para a elaboração de política de indexação o que se destaca no elemento indexador (formação) é o fato de não haver um curso/treinamento voltado para que a profissional se familiarize com o assunto/área de conhecimento do seu local de trabalho. Esses treinamentos e/ou cursos podem ser ministrados por bibliotecários com experiência na área de cobertura que o curso é voltado, por profissionais da área que fazem parte do corpo acadêmico da instituição ou por profissionais que sejam da área que não atuem na instituição, sob supervisão da BC.

A aplicação deles é importante por entender que os bibliotecários poderão ter uma compreensão mais específica acerca da cobertura temática da biblioteca, em que vão possuir condições de escolherem um termo adequado para a representação de um documento.

Seguindo para a categoria qualidade da indexação, dois elementos merecem uma atenção especial: a exaustividade e a correção. A exaustividade por se tratar de quantidade de termos permitidos na representação do documento seria interessante não apenas estipular um limite igual aos diversos tipos de materiais que compõe o acervo da biblioteca, mas estabelecer um intervalo como limite para cada um dos

tipos. Com isso, documentos maiores podem conter mais termos para que a sua representação siga a especificidade permitida e consiga abranger todos os assuntos pertinentes.

A correção é um elemento compreendido pela biblioteca, mas por ela depender de elementos como a formação do indexador, exaustividade e especificidade, faz-se necessário a sua inclusão, visto que com base no que foi mencionado nos outros elementos ela pode não ocorrer da maneira efetiva. Isso se deve ao fato de que se o indexador não tiver domínio do conteúdo pode omitir termos necessários para a representação ou incluir termos que não são pertinentes ao documento. E essa omissão pode acontecer também por conta da exaustividade imposta pela biblioteca, ou ainda pelo nível de especificidade exigido.

Mesmo não sendo admitido como um elemento pela biblioteca é pertinente abordar sobre a categoria sistema da unidade de informação o elemento avaliação da recuperação por assunto, pois é preciso verificar por qual motivo não é realizada essa avaliação, apesar de ser considerada importante.

Diante do arcabouço teórico e da investigação com o sujeito da pesquisa responsável pela biblioteca, foi possibilitada uma fundamentação para o desenvolvimento das análises, ao qual se almejou atingir os objetivos propostos e que são discutidos no capítulo seguinte.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve o intuito de abordar sobre os elementos da política indexação que poderiam ser identificados como presentes na Biblioteca da Faculdade de Odontologia da UFPA e, para isso, foi necessário fazer um levantamento teórico acerca da política de indexação, processo de indexação e os elementos de uma política de indexação. Esse arcabouço teórico foi necessário para dar entendimento de como ocorre o processo de indexação, desde a análise de assunto até a tradução dos conceitos para termos, possibilitando a compreensão de como a política de indexação pode influenciar nele.

Por meio do referencial teórico assumido foi permitido enxergar que por mais que o processo de indexação possua várias concepções e divergências quanto suas etapas, a sua intenção é tornar um documento acessível ao usuário. E para que seja evitada que a subjetividade, inerente ao ser humano, interfira de forma negativa no processo de indexação é necessária à adoção de uma política de indexação bem fundamentada.

A elaboração da política de indexação, entendida como um ato administrativo busca dar suporte às atividades desenvolvidas pelo bibliotecário, o que influencia na recuperação de materiais e, por isso, deve-se considerar o contexto organizacional e a comunidade atendida pela biblioteca. As suas decisões precisam ser bem definidas e bem explicitadas para evitar interpretações diferentes de um mesmo ponto, para que haja a uniformização das atividades.

Assim como a política de indexação, os seus elementos também não são fixos e variam conforme o que cada instituição entende como relevante ao seu processo de indexação. Com os elementos da política de indexação expostos no referencial teórico, que serviram como suporte para a investigação dos possíveis elementos presentes na biblioteca de odontologia da UFPA, foi constatado que esses elementos, com exceção da avaliação da recuperação de assuntos, estão presentes no local, sendo considerados na realização da atividade de indexação de assunto.

Então, é passível de entendimento que a biblioteca mesmo não possuindo um manual de política de indexação, ela contém elementos que caracterizam uma política de indexação.

A partir dessa constatação pode-se dizer que não é pelo fato de não existir uma política de indexação formalmente oficializada na instituição que suas atividades, onde envolve a indexação de assunto, sejam feitas de maneira desorganizada. Evidenciou-se que são dadas orientações por parte da BC, por serem subordinadas a ela tecnicamente, para que os bibliotecários desenvolvam a atividade de indexação.

Esse reconhecimento não invalida a necessidade e a importância da elaboração e oficialização de um manual de política de indexação por parte da unidade/instituição, pois eles possuem uma política de indexação, já que repassam orientações acerca do processo de indexação, sendo estas condutas/diretrizes que devem ser seguidas.

Diante deste estudo, é permitido afirmar que o assunto política de indexação deve ser mais discutido e pesquisado por parte dos profissionais já formados que não tiveram contato e não sabem do que se trata, para que possam entender a sua relevância e perceber se já não fazem uso e/ou não utilizam essa nomenclatura.

Cabe destacar também que a política de indexação seja percebida como importante pelos graduandos que tem contato com este assunto durante sua formação acadêmica para fazerem uso dela, ou seja, para haja um planejamento de uma política de indexação viável para a instituição que fará parte e feita sua oficialização em um manual de política de indexação.

Assim, é preciso que haja o entendimento de que a política de indexação e o manual de política de indexação são necessários, pois eles existem para ajudar no trabalho do bibliotecário, por mais que sejam dispendidos esforços, em um primeiro momento, para sua idealização, elaboração e implementação, que são compensados na realização de suas atividades por terem instruções a serem seguidas; o que torna o trabalho do bibliotecário mais objetivo.

Com a obtenção dessas informações entende-se que elas podem estar presentes em um manual de indexação, mas que é um início para a elaboração de um manual de política de indexação para a biblioteca estudada.

Por isso, deixam-se aqui pensamentos para possíveis pesquisas futuras: a realização de um estudo aprofundado voltado para a Biblioteca Central referente à elaboração de um manual de política de indexação; averiguação do motivo pela qual não é realizada a avaliação da recuperação por assunto; e a verificação do que é

abordado pela BC como instrução para a realização da atividade de indexação e se é realmente seguida pelos bibliotecários.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 12676**: Métodos para análise de documentos - determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro, 1992.

BOCCATO, Vera Regina Casari. A linguagem documentária em catálogos on-line para política de indexação. *In*: GIL LEIVA, Isidoro; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (ed.). **Política de indexação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2012. p. 139-151.

CARNEIRO, Marília Vidigal. Diretrizes para uma política de indexação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 221-241, set. 1985. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/73170>. Acesso em: 03 out. 2018.

CESARINO, Maria Augusta de Nóbrega; PINTO, Maria Cristina Mello Ferreira. Análise de assunto. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 8, n. 1, p. 32-43, jan./jun. 1980. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/72529>. Acesso em: 24 out. 2018.

CESARINO, Maria Augusta de Nóbrega. Sistema de recuperação da informação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 157-168, set. 1985. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/76506>. Acesso em: 24 abr. 2019.

CHAUMIER, Jacques. Indexação: conceitos, etapas e instrumentos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 21, n. 1/2, p. 63-79, jan./jun.1988. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000011407/247399c870111947e2009836ea74fb3e>. Acesso em: 10 set. 2018.

CHU, Clara M.; O'BRIEN, Ann. Subject analysis: the critical first stage in indexing. **Journal of Information Science**, [s.l.], v. 19, issue 6, p. 434-454, 1993.

CINTRA, Anna Maria Marques. Elementos de lingüística para estudos de indexação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 12, n. 1, p. 5-22, jun.1983. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/22075>. Acesso em: 21 abr. 2019.

CINTRA, Anna Maria Marques; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira; LARA, Marilda Lopes Ginez de; KOBASHI, Nair Yumiko. Linguagens documentárias. *In*: CINTRA, Anna Maria Marques; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira; LARA, Marilda Lopes Ginez de; KOBASHI, Nair Yumiko. **Para entender as linguagens documentárias**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Polis, 2002. p. 33-47.

CUTTER, Charles Ammi. **Rules for a printed dictionary catalogue**. Washington, D.C.: Government Printing Office, 1876.

DIAS, Eduardo Wense; NAVES, Madalena Martins Lopes. **Análise de assunto:** teoria e prática. 2. ed. rev. Brasília: Thesaurus, 2013.

DIAS, Eduardo José Wense; NAVES, Madalena Martins Lopes; MOURA, Maria Aparecida. O usuário-pesquisador e a análise de assunto. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo horizonte, v. 6, n. 2, mar. 2001. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/36669>. Acesso em: 17 jun. 2019.

DAL'EVEDOVE, Paula Regina; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A pesquisa sobre política de indexação no Brasil: avanços e desafios. **Scire: representación y organización del conocimiento**, Zaragoza, v. 21, n. 2, p. 49-56, jul./dic. 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5205908>. Acesso em: 08 out. 2018.

DAL'EVEDOVE, Paula Regina; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Proposta de diretrizes para elaboração de política de indexação em bibliotecas universitárias: um estudo sociocultural com protocolo verbal. **Scire: representación y organización del conocimiento**, Zaragoza, v. 23, n. 1, p. 13-23, jul./dic. 2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6046575>. Acesso em: 08 out. 2018.

FOSKETT, A. C. **A abordagem temática da informação**. Trad. Antônio Agenor Briquet de Lemos. São Paulo: Polígono; Brasília: Ed. UnB, 1973.

FROHMANN, Bernd. Rules of indexing: a critique of mentalism in information retrieval theory. **Journal of Documentation**, [s.l.] v. 46, Issue: 2, p.81-101, 1990.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.1, n. 1, p. 60-90, jul./dez. 2003. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2089/2219>. Acesso em: 16 out. 2018.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; RUBI, Milena Polsinelli; BOCCATO, Vera Regina Casari. O contexto sociocognitivo do catalogador em bibliotecas universitárias: perspectivas para uma política de tratamento da informação documentária. **Datagramazero - Revista de Ciência da Informação**, v.10, n.2, abr. 2009.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A política de indexação para representação e recuperação da informação. *In*: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; GIL LEIVA, Isidoro (ed.). **Política de indexação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2012a. p.17-28.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; GIL LEIVA, Isidoro. Política de indexação Latino-Americana. *In*: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; GIL LEIVA, Isidoro (ed.), **Política de indexação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2012. p.121-138.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Elaboração e avaliação da política de indexação na formação inicial do indexador. *In*: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; GIL LEIVA,

Isidoro (ed.). **Política de indexação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2012b. p.187-216.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A representação documentária no processo de indexação com o modelo de leitura documentária para textos científicos e livros: uma abordagem cognitiva com protocolo verbal. **Ponto de acesso**, Salvador, v.7, n.1. p. 42-66, abr. 2013. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/8135/5807>. Acesso em: 09 out. 2018.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Política de indexação para as bibliotecas: funções e finalidades. *In*: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (org.). **Política de indexação para bibliotecas**: elaboração, avaliação e implantação. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2016. p. 15-20.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; SCUTARI, Sônia Mara Alves; GATTI, Cássia Adriana de Santana; SANTOS, Luciana Beatriz Piovezan dos. Política de indexação para as bibliotecas universitárias da Unesp: da elaboração da proposta à implantação. *In*: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (org.). **Política de indexação para bibliotecas**: elaboração, avaliação e implantação. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2016. p. 41-66.

GIL, Antônio Carlos. Como classificar as pesquisas. *In*: GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 41-57.

GIL LEIVA, Isidoro. Aspectos conceituais da indexação. *In*: GIL LEIVA, Isidoro; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. **Política de indexação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2012. p. 31-105.

GONSALVES, Elisa Pereira. Tipos de pesquisa. *In*: GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. 2. ed. Campinas, São Paulo: Alínea, 2001. p. 64-68.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Políticas de análisis y representación de contenido para la gestión del conocimiento em las organizaciones. **Scire**: representación y organización del conocimiento, Zaragoza, v. 6, n. 2, p. 48-58, jul./dez. 2000. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=211399>. Acesso em: 08 mar. 2019.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Abordagens teóricas de tratamento temático da informação (TTI): catalogação de assunto, indexação e análise documental (1). **Ibersid**: Zaragoza, v. 3, p. 105-117, 2009. Disponível em: <https://www.ibersid.eu/ojs/index.php/ibersid/article/view/3730>. Acesso em: 01 jan. 2019.

LANCASTER, Frederick Wilfrid. Introdução. *In*: LANCASTER, Frederick Wilfrid. **Indexação e resumos**: teoria e prática. 2. ed. rev. atual. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2004. p. 1-5.

LANCASTER, Frederick Wilfrid .Princípios de indexação. *In*: LANCASTER, Frederick Wilfrid. **Indexação e resumos**: teoria e prática. 2. ed. rev. atual. Brasília: Brique de Lemos/Livros, 2004. p.6-23.

LANCASTER, Frederick Wilfrid . A prática da indexação. *In*: LANCASTER, Frederick Wilfrid. **Indexação e resumos**: teoria e prática. 2. ed. rev. atual. Brasília: Brique de Lemos/Livros, 2004. p. 24-49.

LANCASTER, Frederick Wilfrid . Qualidade da indexação. *In*: LANCASTER, Frederick Wilfrid. **Indexação e resumos**: teoria e prática. 2. ed. rev. atual. Brasília: Brique de Lemos/Livros, 2004. p. 83-99.

MAIMONE, Giovana Deliberali; KOBASHI, Nair Yumiko; MOTA, Denysson. Indexação: teoria e métodos. *In*: Silva, José Fernando Modesto da; Paletta, Francisco Carlos (org.). **Tópicos para o ensino de biblioteconomia**: volume I. São Paulo: ECA-USP, 2016. p. 73-85. Disponível em: <http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/biblioteca/acervo/textos/002746699.pdf> f. Acesso em: 09 out. 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. *In*: MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. p. 172-214.

MARTINHO, Noemi Oliveira; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. La catalogación de materias: apuntes históricos sobre su normalización. **Scire**: representación y organización del conocimiento, Zaragoza, v. 16, n. 2, p. 61-70, 2010. Disponível em: <https://www.iberid.eu/ojs/index.php/scire/article/view/4012>. Acesso em: 17 dez. 2018.

MOEN, William E.; BENARDINO, Penelope. Assessing metadata utilization: an analysis of MARC content designation. **International conference on dublin core and metadata applications**, [s.l.], p. 171-180, sep. 2003. Disponível em: <http://dcpapers.dublincore.org/pubs/article/view/745/741>. Acesso em: 07 mar. 2019.

NAVES, Madalena Martins Lopes. Análise de assunto: concepções. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 20, n. 2, p. 215-226, jul./dez. 1996.

PINHEIRO, Lêna Vania Ribeiro. Medidas de consistência da indexação; interconsistência. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 7, n. 2, p. 109-114, 1978. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/20779>. Acesso em: 17 dez. 2018.

PINTO, Maria Cristina Mello Ferreira. Análise e representação de assuntos em sistemas de recuperação da informação; linguagens de indexação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 14, n. 2, 1985.

PINTO, Virgínia Bentes. Indexação documentária: uma forma de representação do conhecimento registrado. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo horizonte, v. 6, n. 2, nov. 2001. Disponível em:

<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/423>. Acesso em: 11 set. 2018.

PIRES, Erik André de Nazaré. Comportamento informacional e processo de busca da informação: bases fundamentais para pesquisa científica. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 17, n. 2, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/845/pdf>. Acesso em: 17 dez. 2018.

REDIGOLO, Franciele Marques. **O processo de análise de assunto na catalogação de documentos**: a perspectiva sociocognitiva do catalogador em contexto de biblioteca universitária. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2010. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/redigolo_fm_me_mar.pdf. Acesso em: 20 set. 2018.

REDIGOLO, Franciele Marques. **O processo de análise de assunto na catalogação de livros em bibliotecas universitárias**: aplicação do protocolo verbal. 2014. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/redigolo_fm_do_mar.pdf. Acesso em: 25 set. 2018.

RUBI, Milena Polsinelli; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Elementos da política de indexação em manuais de indexação de sistemas de informação especializados. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 66-77, jan./jun. 2003. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/375/193>. Acesso em: 27 jun. 2018.

RUBI, Milena Polsinelli. **Política de indexação para construção de catálogos coletivos em bibliotecas universitárias**. 2008. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/103388>. Acesso em: 09 out. 2018.

RUBI, Milena Polsinelli. Os princípios da política de indexação na análise de assunto para catalogação: especificidade, exaustividade, revocação e precisão na perspectiva dos catalogadores e usuários. *In*: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (org.). **A indexação de livros**: a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias. Um estudo de observação do contexto sociocognitivo com protocolos verbais. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 81-93. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/wcvbc/pdf/bocato-9788579830150.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2018.

RUBI, Milena Polsinelli; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Política de indexação na catalogação de assunto em bibliotecas universitárias: a visão sociocognitiva da

atuação profissional com protocolo verbal. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 7, n. 2, p. 118-150, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1960/0>. Acesso em: 13 out. 2018.

RUBI, Milena Polsinelli. Política de indexação. *In*: GIL LEIVA, Isidoro; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (ed.). **Política de indexação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2012a. p. 107-120.

RUBI, Milena Polsinelli. Proposta para implantação de política de indexação em bibliotecas. *In*: GIL LEIVA, Isidoro; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (ed.). **Política de indexação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2012b. p. 171-184.

RUBI, Milena Polsinelli; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; BOCCATO, Vera Regina Casari. Elaboração do manual de política de indexação na formação continuada do catalogador. *In*: GIL LEIVA, Isidoro; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (ed.). **Política de indexação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2012. p. 217-227.

SAUPERL, Alenka; SAYE, Jerry D. Subject determination during the cataloging process: an intensive study of five catalogers. **Advances in Classification Research Online**, [s.l.], p. 119-138, nov. 1998. Disponível em: <https://journals.lib.washington.edu/index.php/acro/article/view/12748/11246>. Acesso em: 04 maio. 2019.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Teoria e prática científica. *In*: SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007. p. 99-126.

SILVA, Maria dos Remédios da; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A prática de indexação: análise da evolução de tendências teóricas e metodológicas. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 133-161, ago. 2004. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-37862004000200003>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862004000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 mar. 2019.

SOUZA, Brisa Pozzi de; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Do catálogo impresso ao on-line: algumas considerações e desafios para o bibliotecário. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.17, n.1, p. 59-75, jan./jun. 2012. Disponível em: https://revistaacb.emnuvens.com.br/racb/article/viewFile/822/pdf_71. Acesso em: 17 dez. 2018.

STREHL, Leticia. Avaliação da consistência da indexação realizada em uma biblioteca universitária de artes. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 3, p. 329-335, set./dez. 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651998000300011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 mar. 2019.

UNISIST. Princípios de indexação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 10, n. 1, p. 83-94, 1981. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/15948>. Acesso em: 20 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Biblioteca Central Prof. Dr. Clodoaldo Beckmann. **Relatório anual de atividades**: exercício de 2018. Belém: [UFPA], 2018. Disponível em: http://bc.ufpa.br/wp-content/uploads/2019/04/RELAT%C3%93RIO_DE_GEST%C3%83O.pdf. Acesso em: 10 abr. 2019.

VALE, Euclides A. do. Linguagens de indexação. *In*: SMIT, Johanna W. **Análise documentária**: a análise da síntese. Brasília: IBICT, 1987. p. 11-26.

VAN SLYPE, Georges. **Lenguajes de indización: concepción, construcción y utilización en los sistemas documentales**. Tradução Pedro Hípola e Félix de Moya. Madrid: Fundación Gernám Sánchez Ruipérez; Pirámide, [1991]. Disponível em: http://www.ugr.es/~phipola/Los_lenguajes_de_indizacion.pdf. Acesso em: 01 out. 2018.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

A política de indexação é entendida por Fujita (2012, p. 22) como sendo “um conjunto de procedimentos, materiais, normas e técnicas orientadas por decisões que refletem a prática e princípios teóricos da cultura organizacional de um sistema de informação”.

OBJETIVO DA PESQUISA

Observar os procedimentos de indexação, para compor a discussão sobre a política de indexação em Trabalho de conclusão de curso da Faculdade de Biblioteconomia/UFGA.

Sendo assim, propõem-se tais perguntas:

1. Indique os elementos de política de indexação presentes em sua biblioteca (quais você reconhece que estão presentes e que interferem no processo de indexação):

- Determinação da cobertura temática (Assuntos centrais e periféricos)
- Composição do acervo e tipos de materiais
- Público alvo
- Indexador (formação contínua)
- Exaustividade
- Especificidade
- Concordância
- Correção
- Consistência
- Sistema de busca e recuperação por assunto
- Campos de assunto do formato MARC
- Estratégia de busca
- Recuperação por assunto
- Avaliação da recuperação de assunto
- Leitura documentária
- Identificação de conceitos
- Seleção de conceitos
- Outros: identifique.

2. A indexação do acervo no sistema de biblioteca é realizada pela própria biblioteca ou pela Biblioteca Central? Se for pela própria biblioteca, quem faz?

- Biblioteca Setorial. Quem faz? O profissional bibliotecário.
- Biblioteca Central

3. O profissional responsável pela indexação recebe algum treinamento para desempenhar tal tarefa?

Sim. Duração, tipo treinamento.

Não. Comente:

4 O profissional responsável pela indexação recebeu algum treinamento específico sobre a área de Odontologia? Comente:

5 Se é realizado o treinamento ele é oferecido para todos os responsáveis pela indexação/catalogação de assunto?

Sim. Comente:

Não sei. Comente:

Não. Comente:

6 Em algum momento há uma conferência da indexação desenvolvida nesta biblioteca? Se existe uma forma de comparar resultados?

7. São oferecido curso/treinamento de formação contínua?

Sim. Quais tipos?

Não. Comente:

8. O bibliotecário de uma setorial passa por um treinamento específico, antes e após assumir o cargo? (treinamento para melhor entender o ambiente que fará parte)

Sim. Comente:

Não. Comente:

9 Existem regras específicas para inclusão de dados no sistema? (Por exemplo: respeitando singular, plural, e/ou uso da linguagem controlada).

10. Qual a abrangência temática da biblioteca?

11. É realizada de seleção e aquisição de documentos fica a cargo de qual biblioteca? Comente sobre cada um:

12. Quais são as tipologias documentais que compõe o acervo?

13. Qual o público-alvo da biblioteca? (real e potencial)

14. Há um número de termos definido para a indexação/catalogação de assunto para cada tipo de documento?

Sim. Quantos? Comente:

Não. Comente:

15. Tem um grau de especificidade estabelecido? (Quanto permita a linguagem documentária)

Sim. Comente:

Não. Comente:

16. Para a indexação/catalogação de assunto são estabelecidos campos de assuntos autorizados no MARC21? Comente:

17. Quais são as regras para preenchimento dos campos de assuntos autorizados no MARC21? Comente:

18. Comente quais são os campos da planilha de catalogação em formato MARC21 devem ser preenchidas? Comente:

19. Como é realizada a leitura do documento na análise de assunto? (para a identificação dos termos de indexação) Comente os passos que segue para essa atividade:

20. Quais são os procedimentos para a identificação de conceitos na análise de assunto? (para a identificação dos termos de indexação)

21. Quais são os procedimentos para a realização da seleção conceitos na análise de assunto?

22. Como você avalia o sistema de busca e recuperação do SIBI UFPA? Comente sobre a interface:

23. O sistema adotado pelo SIBI UFPA permite que o usuário realize a busca em linguagem natural. Como o sistema faz a compatibilidade entre a linguagem natural e a linguagem controlada? Comente:

24. A busca do usuário é delegada ao Bibliotecário ou faz as suas pesquisas sozinho? (consulta do acervo pelo sistema)

Sim. Comente:

Não. Comente:

25. É realizada uma avaliação da recuperação de assuntos para verificar o grau de satisfação dos usuários durante o uso? Comente:

26. É realizada uma avaliação da recuperação de assuntos para verificar se os termos das buscas são compatíveis com as indexações dos documentos recuperados? Comente:

27. Como você julga a busca por assunto no catálogo?
28. Geralmente a busca por assunto atende as necessidades dos usuários?
29. Para uma recuperação por assunto mais eficiente, é preferível utilizar termos mais gerais ou específicos nas estratégias de busca?
30. O sistema permite cadastrar remissivas aos termos autorizados? Comente:
31. O preenchimento dos campos de assuntos autorizados é realizado com linguagem natural ou linguagem de indexação? Comente:

ANEXO A – MODELO DE LEITURA DOCUMENTÁRIA PARA INDEXAÇÃO NA CATALOGAÇÃO DE ASSUNTOS DE LIVROS EM BIBLIOTECAS

PASSO-A-PASSO:

1º Observação da estrutura textual e localização do conteúdo do livro:

- Verifique o conteúdo pertinente a cada parte do livro através de exame das partes externas e internas da estrutura textual;
- Localize no livro os elementos que o compõem, tal como:
 - parte externa: contracapa e orelhas;
 - parte interna pré-textual: folha de rosto (título e subtítulo e no verso a série e a ficha catalográfica que fornecem pistas sobre o conteúdo do livro), listas de ilustrações e tabelas, prefácio, resumo e sumário, se houver;
 - parte interna textual: introdução, metodologia, desenvolvimento (com resultados se houver) e conclusão;
 - parte interna pós-textual.

2º Identificação dos conceitos: considera-se importante, observar as partes da estrutura textual e realizar o questionamento, indicados na grade do modelo de leitura, para que a identificação dos conceitos seja correta.

Para explicações detalhadas referentes à utilização do modelo de leitura, volte ao manual de ensino; Observações importantes:

- os três conceitos objeto, ação e agente são principais, estão interligados e são dependentes um do outro;
- o conceito objeto deve ser o primeiro a ser identificado e a partir dele deverão ser identificados a ação e, em seguida, o agente, nesta ordem;
- os três conceitos principais deverão ser representados **por apenas um termo cada**;
- termos vazios de significado, como “avaliação”, “estudo”, “análise” e etc, não devem representar os conceitos principais e os demais conceitos;
- o conceito ação pode ser representado por termo que denomina uma doença ou um fenômeno, mas, na maioria dos textos é um verbo no substantivo, como “coagulação”;
- nem todos os conceitos serão, necessariamente, identificados no conteúdo do livro a não ser que o tema os contemple, por exemplo os conceitos de causa e efeito, serão representados por termos desde que o livro contenha conclusões ou que apresente parte específica sobre metodologia para identificar o conceito de método.

CONCEITOS	QUESTIONAMENTO PARA IDENTIFICAÇÃO DE CONCEITOS	PARTES DA ESTRUTURA DO LIVRO
OBJETO e PARTE(S) DO OBJETO (algo ou alguém que está sob estudo do autor)	O documento possui em seu contexto um objeto sob efeito desta ação?	SUMÁRIO E INTRODUÇÃO

AÇÃO (processo sofrido por algo ou alguém)	O assunto contém uma ação (podendo significar uma operação, um processo etc.)?	SUMÁRIO E INTRODUÇÃO
AGENTE (aquele ou algo que realizou a ação)	O documento possui um agente que praticou esta ação?	SUMÁRIO E INTRODUÇÃO
MÉTODO (métodos utilizados para realização da pesquisa)	Para estudo do objeto ou implementação da ação, o documento cita e/ou descreve modos específicos, por exemplo: instrumentos especiais, técnicas, métodos, materiais e equipamentos?	SUMÁRIO INTRODUÇÃO OU METODOLOGIA
TEMPO (ano, período ou época)	O estudo foi desenvolvido em período específico? É relevante representá-los na Catalogação de Assunto?	SUMÁRIO INTRODUÇÃO OU METODOLOGIA
LOCAL OU AMBIÊNCIA (local físico onde foi realizada a pesquisa)	Todos estes fatores são considerados no contexto de um lugar específico ou ambiente?	SUMÁRIO INTRODUÇÃO OU METODOLOGIA
PONTO DE VISTA DO AUTOR	O assunto foi considerado de um ponto de vista, normalmente não associado com o campo de estudo (por exemplo, um estudo sociológico ou religioso)?	INTRODUÇÃO E PREFÁCIO
CAUSA E EFEITO Causa (ação+objeto)/Efeito	Considerando que a ação e o objeto identificam uma causa, qual é o efeito desta causa?	CONCLUSÕES OU PARTE FINAL

Quadro 6: Versão do Modelo de Leitura Documentária para catalogação de assuntos de livros

ANEXO B – MODELO DE LEITURA DOCUMENTÁRIA PARA INDEXAÇÃO DE TEXTOS CIENTÍFICOS (ADAPTADO)

REFERÊNCIA DO TEXTO:

PASSO-A-PASSO:

1° Observação da estrutura textual e localização do conteúdo do artigo científico: localizar no texto científico os elementos que o compõem, tal como, introdução, metodologia, resultados, discussão dos resultados e conclusão. Verifique o conteúdo pertinente a cada parte do texto.

2° Identificação dos conceitos: considera-se importante, observar as partes da estrutura textual e realizar o questionamento, indicados na grade do modelo de leitura, para que a identificação dos conceitos seja correta.

Para explicações detalhadas referentes à utilização do modelo de leitura, volte ao manual explicativo; Observações importantes:

- os três conceitos objeto, ação e agente são principais, estão interligados e são dependentes um do outro;
- o conceito objeto deve ser o primeiro a ser identificado e a partir dele deverão ser identificados a ação e, em seguida, o agente, nesta ordem;
- os três conceitos principais deverão ser representados **por apenas um termo cada**;
- termos vazios de significado, como “avaliação”, “estudo”, “análise” e etc, não devem representar os conceitos principais e os demais conceitos;
- o conceito ação pode ser representado por termo que denomina uma doença ou um fenômeno, mas, na maioria dos textos é um verbo no substantivo, como “coagulação”;
- nem todos os conceitos serão, necessariamente, identificados por termos.

CONCEITOS	QUESTIONAMENTO PARA IDENTIFICAÇÃO DE CONCEITOS	PARTES DA ESTRUTURA TEXTUAL
OBJETO e PARTE(S) DO OBJETO (algo ou alguém que está sob estudo do pesquisador)	O documento possui em seu contexto um objeto sob efeito desta ação?	INTRODUÇÃO (OBJETIVOS)
AÇÃO (processo sofrido por algo ou alguém)	O assunto contém uma ação (podendo significar uma operação, um processo etc.)?	INTRODUÇÃO (OBJETIVOS)
AGENTE (aquele ou algo que realizou a ação)	O documento possui um agente que praticou esta ação?	INTRODUÇÃO (OBJETIVOS)
MÉTODOS (métodos utilizados para realização da pesquisa)	Para estudo do objeto ou implementação da ação, o documento cita e/ou descreve modos específicos, por exemplo: instrumentos especiais, técnicas, métodos, materiais e equipamentos?	METODOLOGIA

LOCAL OU AMBIÊNCIA (local físico onde foi realizada a pesquisa)	Todos estes fatores são considerados no contexto de um lugar específico ou ambiente?	METODOLOGIA
CAUSA E EFEITO Causa (ação+objeto)/Efeito	Considerando que a ação e o objeto identificam uma causa, qual é o efeito desta causa?	RESULTADOS; DISCUSSÃO DE RESULTADOS; CONCLUSÕES

Quadro 5: Versão adaptada do Modelo de leitura documentária para indexação de textos científicos.

Fonte: FUJITA, 2007^a.